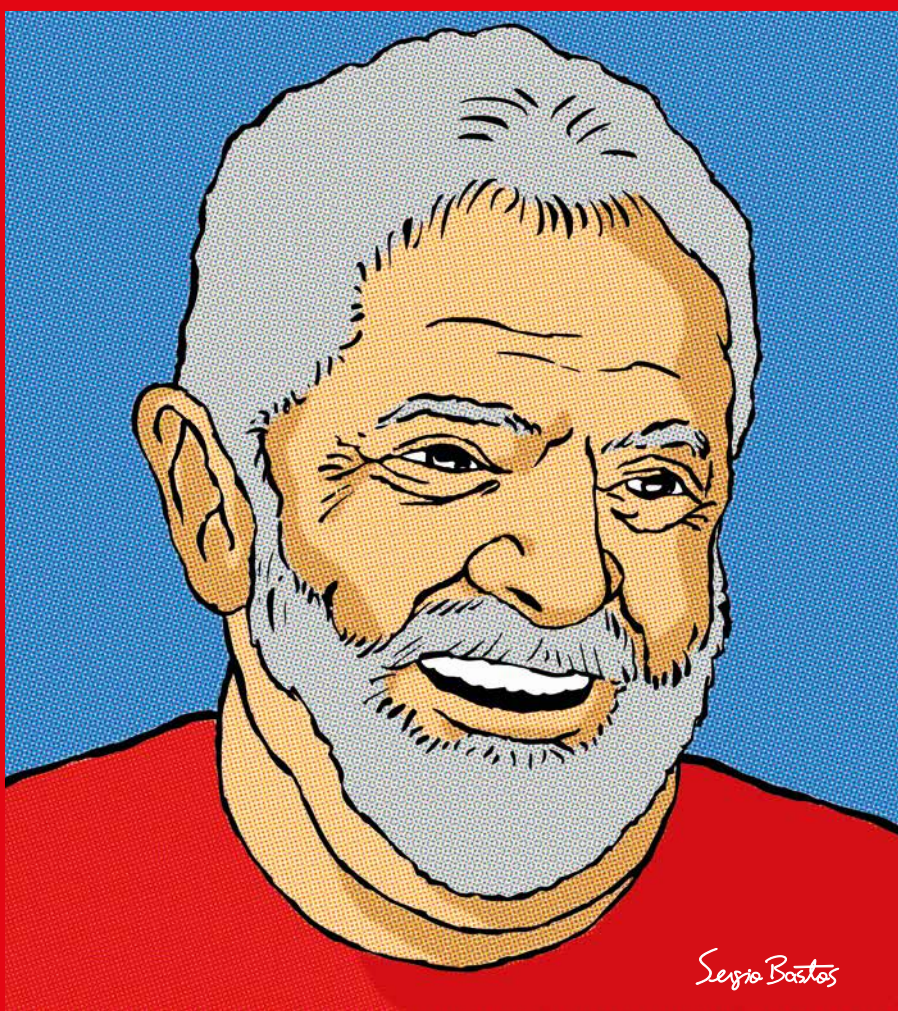
Nº 188 JUN/2018
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Em São Paulo e no Brasil, lutar até vencer!

★Lula Livre★Lula Inocente★Lula Presidente★

O PSDB paulista e sua herança mesquinha
páginas 9 e 10

Dória, péssimo ator em papéis ridículos
página 32

Entrevista com Ana Lídia, nossa pré-candidata a deputada estadual
páginas 15 a 18

Lula, o combustível que o Brasil precisa

Completados dois anos de governo golpista, a situação do país deteriora-se em ritmo acelerado. A alardeada recuperação da economia faltou ao encontro. O desemprego e a subutilização da força de trabalho batem recorde, enquanto o trabalho infantil volta a compor a paisagem das cidades. Os impactos da reforma trabalhista já se fazem sentir: dos poucos postos de trabalho criados, a maioria é informal e precária. O número de pessoas abaixo da linha da pobreza cresce vertiginosamente, assim como as expectativas de aumento da mortalidade infantil nos próximos anos.

O conflito decisivo em torno do padrão de exploração do capitalismo no Brasil tem levado à diminuição da renda do trabalho, dos investimentos sociais em educação, moradia, transporte público, saúde, assistência e previdência social. Para isso, revogam a política de reajuste do salário mínimo acima da inflação, aprovam a terceirização ampla e irrestrita e a antirreforma trabalhista, congelam os gastos no setor público (Emenda Constitucional 95) e pressionam pela aprovação da antirreforma da Previdência Social.

Vai no mesmo sentido a ofensiva para a privatização de ativos públicos, como a Eletrobrás, a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil: entregar para a iniciativa privada o patrimônio e a riqueza construída e sustentada pelo trabalho do povo brasileiro.

Com a crise dos combustíveis, o caráter entreguista e privatista do golpe escancara os seus efeitos nefastos sobre a vida da classe trabalhadora e na economia do país, mostrando as consequências da política de destruição do caráter público da Petrobrás, iniciada em 2016 após a deposição de Dilma.

O aumento do preço dos combustíveis e do gás é parte fundamental do plano de privatização da Petrobrás, com a política golpista de atrelamento dos reajustes aos preços internacionais e de redução da produção interna de combustíveis, deixando ociosas refinarias e importando a preços exorbitantes combustíveis que antes estavam sendo produzidos no país a custo mais baixo.

O entreguismo golpista levou à paralisação de caminhoneiros, que continuou mesmo após entidades não reconhecidas pelos caminhoneiros assinarem acordo com o governo golpista, que não contemplava suas demandas.

O desenvolvimentismo conservador que prevaleceu na história brasileira constituiu infraestrutura logística altamente dependente do transporte rodoviário e, portanto, de caminhões e combustíveis fósseis, o que explica o impacto sistêmico de uma forte paralisação dos caminhoneiros. Cerca de 37% da frota brasileira de caminhões é conduzida por autônomos, sendo que cooperativas e empresas transportadoras respondem pelo restante. A paralisação, que começou impulsionada por caminhoneiros autônomos, passou a ter a presença das transportadoras, dando-lhe a feição de locaute (greve patronal).

Mas a manutenção da paralisação mesmo depois da trégua das entidades supostamente representativas deixou evidente que se tratava de um movimento muito mais diversificado e complexo. Parte dos caminhões que estavam parados é propriedade de empresas e seus motoristas são trabalhadores assalariados, que seguem orientações patronais. Outra parte é propriedade de caminhoneiros autônomos, que muitas vezes são contratados por transportadoras terceirizadas. Neste sentido, a base social do movimento era diversa: trabalhadores assalariados, trabalhadores pequenos proprietários, médios e grandes capitalistas.

Portanto, ainda que a redução do preço do diesel tenha atendido interesse dos empresários, não são eles que pagam a conta do aumento dos combustíveis. A caracterização exclusiva de locaute é insuficiente. Os interesses dos caminhoneiros autônomos e das transportadoras não convergem inteiramente.

Ademais, a pauta levada à mesa de negociação pelos supostos representantes do movimento não se conectava com as reivindicações da classe trabalhadora e não atinge a política entreguista e privatista do governo Temer. As medidas do governo são insuficientes diante da sequência de aumentos nos preços. Foram 229 reajustes nos últimos dois anos. Em apenas três meses, de 23 de fevereiro a 23 de maio, o preço do diesel teve aumento de 32,38% nas refinarias. Além disso, o acordo se restringiu ao preço do diesel, não incidindo sobre os demais combustíveis e sobre o gás de cozinha, mantendo inalterado o centro do problema: a política de preços da Petrobrás segue de acordo com as flutuações internacionais mesmo depois da queda de Pedro Parente e, portanto, novos reajustes estão ocorrendo.

Ofensiva golpista

Depois que não se confirmou o otimismo do governo Temer, que se dizia seguro e confiante de que os caminhoneiros cum-

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Artculação de Esquerda, tendência interna do Partdo dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT.
Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência. ISSN 2448-0150-188
Direção Nacional da AE: Adriano de Oliveira (RS), Ângela Melo (SE), Bruno Elias (RS), Cândida Rosseto (RS), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (DF), Eliane Bandeira (RN), Elisa Guaraná (RJ), Gilberto Paixão (PI), Jandyra Uehara (SP), João Luís Lemos (SP), Lício Lobo (SP), Lílian Macena (MG), Múcio Magalhães (PE), Natália Sena (RN), Olavo Carneiro (RJ), Rafael Tomyama (CE), Rodrigo Cesar (SP), Rosana Ramos (SP), Tadeu Brito (SE) e Wilma dos Reis (DF). **Comissão de Ética:** Eduardo Loureiro (DF), Iriny Lopes (ES), Jonatas Moreth (DF) e Paty Affonso (RS). Suplentes: Cristano Cabral (BA), Sophia Mata (RN).
Página 13 Especial SP. Junho de 2018. Edição: Pedro Estevam Pomar, Aylton Affonso e Emilio Font. **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martns, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

pririam o acordo inicial firmado pelas entidades, os golpistas partiram para a ofensiva.

A Advocacia Geral da União (AGU) entrou com ações na Justiça Federal pedindo liminares para a liberação de rodovias federais bloqueadas. A Polícia Federal (PF) passou a investigar o movimento, apurando os locautes, proibidos pela legislação. Em pronunciamento, na tentativa de isolar os caminhoneiros que seguiam paralisados, Temer os chamou de "minoria radical" e anunciou o uso do Exército para desbloquear as estradas e reprimir o movimento. O comandante do Exército já havia determinado a imediata mobilização de todo o efetivo da força tão logo o anúncio fosse feito.

A militarização dos conflitos e a escalada autoritária refletem a fragilidade do governo ilegítimo, a crescente instabilidade política, a putrefação das instituições, as contradições e divisões no campo da burguesia e o temor de que a insatisfação popular se converta em convulsão social.

Por isso houve mudança no tratamento dado pelo governo e pela grande mídia à paralisação dos caminhoneiros depois de firmado o acordo com entidades. Se no início da greve o governo dialogava com cautela, depois acionou a repressão judicial, policial e militar. Se antes a mídia estimulava o movimento contra o governo, depois se somou ao governo contra o movimento.

Se antes entidades representativas de diversas frações da burguesia (indústria, agropecuária, comércio atacadista e varejista, distribuidoras etc.) solicitavam empenho do governo para encontrar saídas, depois parte da insatisfação foi canalizada contra os caminhoneiros, ampliando a pressão para o fim do movimento sem que houvesse alteração na política de preços da Petrobrás, que seguem atrelados às variações do mercado internacional, para favorecer os acionistas privados da empresa.

FUP

Petroleiros foram à luta para pedir a saída de Parente e defender a Petrobras

A luta contra o aumento de preços dos combustíveis é justa e deve prosseguir, seja porque é a classe trabalhadora como um todo que acaba pagando a conta dos aumentos, seja porque esta luta entra em conflito direto com a política dos golpistas para a Petrobrás, que tem por finalidade viabilizar a sua privatização.

Cientes disso, a grande mídia e o empresariado têm atuado para impor sua pauta: reforçam a crítica a qualquer subsídio e reivindicam corte nos impostos sobre combustíveis, jogando a conta nas costas do povo, atacando recursos que deveriam ser utilizados no financiamento das políticas sociais e do setor público e desviando a atenção do cerne do problema: a política de preços da Petrobrás. Por sua vez, as forças reacionárias aproveitaram a instabilidade para difundir a noção de que situações extraordinárias podem exigir medidas extraordinárias, preparando terreno para um golpe dentro do golpe.

Portanto, cabe às forças progressistas, democráticas, populares e de esquerda seguir lutando para impor a sua pauta, que deve ser a pauta dos petroleiros: redução dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, manutenção dos empregos e retomada da produção interna de combustíveis, fim das importações da gasolina e outros derivados de petróleo, contra as privatizações e contra o desmonte do Sistema Petrobrás.

A paralisação dos caminhoneiros trouxe um cenário de acirramento da luta de classes, aguçou as contradições e desestabilizou o campo golpista, abrindo a oportunidade para que a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a Central Única dos Trabalhadores, seus ramos, categorias e sindicatos, os movimentos populares e a Frente Brasil Popular, o PT e os partidos de esquerda entrem com força na disputa política em defesa dos interesses da classe trabalhadora e construam um processo de lutas unitárias, retomando as ruas e a iniciativa política.

A luta em defesa dos direitos tem demonstrado que a mobilização de massas da classe trabalhadora, como o 8 de março e a greve nacional de abril em 2017 contra a antirreforma da Previdência, pode impor derrotas aos golpistas e fortalecer a luta por "Lula livre, Lula presidente!".

A solução da crise depende da derrota do golpe com a liberdade de Lula e sua eleição para a Presidência da República para recuperar a Petrobrás para o povo, implementar um plano de emergência que recupere o emprego, o desenvolvimento e o combate às desigualdades, revogar as medidas antipopulares, convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e implementar reformas democrático-populares.

Lula de novo na Presidência da República é o combustível que o Brasil precisa! ★

Os editores

DISTRIBUIÇÃO RESTRITA AOS FILIADOS E AS FILIADAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Para vencer em São Paulo, girar à esquerda!

A Articulação de Esquerda e os desafios do petismo paulista frente à palavra de ordem "Lula Livre, Lula Presidente"

Licio Lobo

Como tendência petista, a Articulação de Esquerda (AE) participa ativamente do debate e da ação política do PT no Estado de São Paulo desde 1993, ano da sua fundação, há 25 anos. Em alguns momentos desta história a AE-SP teve um papel importante na definição dos rumos do petismo paulista, sempre defendendo a importância do caráter de massas do Partido, ao mesmo tempo que alertamos para os perigos da progressiva moderação política e adaptação de setores importantes do PT ao modo burguês de fazer política.

Esta progressiva moderação e a adoção destes métodos, dentre outros efeitos, resultaram num enfraquecimento relativo da esquerda partidária e da AE em particular, nas instâncias dirigentes. Mas em certo sentido, a presença da AE segue fundamental no debate e na definição da ação política do partido

Para nós, há uma base material para esta situação. Estamos convictos de que há um expressivo setor da base do petismo e da "nação petista" de modo mais amplo, que cada vez mais se convence de que algo precisa mudar no PT, para que o PT continue a ser o Partido dos Trabalhadores. A derrota histórica que sofremos (impeachment de Dilma em 2016, e agora a prisão de Lula) exige respostas e uma nova atitude, processo que não será linear e provavelmente demandará ainda um certo tempo.

De nossa parte, identificamos na estratégia o foco da mudança necessária. Sempre identificamos e criticamos uma corrente interna que, ao abandonar o horizonte socialista, ensaiou e tentou implementar uma estratégia, que terminou frustrada, de aliança com setores do grande capital.

Wilson Magão

Agora o momento é de fortalecer e cerrar fileiras em torno da campanha eleitoral do PT, com Luiz Marinho candidato a governador

Os que acreditavam nisso, os que ainda acreditam ser possível e necessária uma aliança com setores da classe dominante, precisam ser convencidos de que derrotar o golpe, libertar Lula e reconquistar o governo são tarefas que exigem uma nova estratégia.

Hoje, no momento mais grave da história do nosso Partido, a Articulação de Esquerda segue defendendo a necessidade vital do PT para a classe trabalhadora brasileira, e portanto a necessidade premente de que nosso Partido mude de estratégia, única maneira de enfrentar e vencer os inimigos de classe que querem aniquilar não apenas o PT, mas o petismo.

Deste ponto de vista prático, o que ocorrer no PT-SP no próximo período, o grau e o rumo da nossa capacidade de reação, será fundamental para influenciar o desfecho dos ataques ferozes feitos pelo imperialismo e pela burguesia brasileira contra nós.

São Paulo é o local de concentração do grande capital financeiro, da burguesia industrial e de muitas expressivas lideranças políticas da direita, em especial do PSDB. Mas também é local de concentração de expressivas lideranças populares, de uma longa tradição de resistência e de luta e "berço" do PT, da CUT e do sindicalismo.

A profunda crise econômica, social e política que o Brasil vive manifesta-se intensamente em nosso Estado, coincidindo com a ofensiva da direita na América Latina e Caribe, com o crescimento do populismo de direita na Europa e nos Estados Unidos (Trump), com a crise econômica mundial e com as ameaças de guerra.

A situação social é cada vez mais explosiva, como atestam as recentes estatísticas acerca do aumento dramático do desemprego, ao contrário do que alardeava a propaganda governista ecoada pela mídia golpista acerca da "recuperação da economia".

A não votação da Medida Provisória (MP) que supostamente atenuaria os efeitos mais perversos da reforma trabalhista revela a intenção da burguesia de aprofundar e levar até o fim seus planos de intensificar a espoliação da força de trabalho, um projeto incompatível até mesmo com a mais modesta democracia. Revela também o equivoco de alguns, de buscar acordos com golpistas na tentativa de manter direitos, como fizeram as centrais sindicais que negociaram a MP agora enterrada.

A AE defende que o PT-SP tenha como objetivo central nas eleições 2018 contribuir para

garantir o registro e a vitória da candidatura Lula em condições de reverter as medidas golpistas, convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e implementar um programa democrático-popular e socialista para o país, com destaque para as reformas estruturais.

A palavra de ordem "Eleição sem Lula é fraude" tem o significado de tornar explícitos o caráter antidemocrático e a gravidade da fraude eleitoral golpista e defender a única candidatura capaz de ganhar as eleições e levar a cabo até o fim o programa acima referido.

A candidatura do companheiro Luiz Marinho a governador de São Paulo deve estar centralmente a serviço desta tática eleitoral. Para tanto, o PT-SP deverá rapidamente superar várias debilidades políticas e organizativas. Para começar: não cabe qualquer tergiversação quanto à resolução de não realizar nenhuma aliança com partidos golpistas, opção infelizmente sempre recolocada no cenário, como atestam as movimentações de setores do PT em vários estados. Esta é a única maneira de reatarmos firmemente os laços com as classes trabalhadoras das fábricas e demais locais de trabalho, no campo e nas periferias urbanas.

As candidaturas a governador de Dória, Skaff, Márcio França e aquela que vier dar suporte a Bolsonaro em São Paulo são as várias faces do projeto de conjunto da burguesia de anular e no limite aniquilar a esquerda social, e o PT em primeiro lugar. Neste sentido o PT deve ser firme no diálogo com as forças de esquerda que alimentam ilusões na candidatura de Márcio França, em especial o PCdoB.

A não realização de prévias para a escolha da candidatura do PT ao governo estadual foi um erro grave, pois além de revelar um preocupante menosprezo à prática da democracia partidária, privou o coletivo de um importante espaço para o aprofundamento do debate da tática e do programa. Apesar disso, a pré-candidatura do companheiro Elói Pietá logrou mobilizar um importante setor do partido em torno da defesa da democracia e de uma tática e um programa avançado para o PT-SP.

Agora o momento é de fortalecer e cerrar fileiras em torno da campanha eleitoral do PT, com Luiz Marinho candidato a governador. As pesquisas eleitorais revelam que há um potencial de crescimento do PT em São Paulo, tanto na disputa ao governo estadual, com Marinho, como ao Senado, com Suplicy. Há um enfraquecimento relativo dos tucanos e aumento da rejeição às suas lideranças. Mas este potencial apenas poderá ser desenvolvido com uma política justa, à altura da situação, sob pena de deixarmos espaço para o crescimento da extrema-direita.

Umas das tarefas urgentes é a construção do programa de governo. As soluções que apresentaremos ao povo trabalhador paulista devem, no seu conjunto, compor um programa democrático e popular para São Paulo, que demonstre radical oposição ao projeto golpista em curso no país e no Estado, em todas as esferas que afetam a vida cotidiana da população, na perspectiva de construção de um desenvolvimento de novo tipo, confrontando os interesses do grande capital.

Victor Takayama

Suplicy, candidato ao senado pelo PT-SP

De imediato, é urgente massificar e popularizar a campanha "Lula Livre, Lula Inocente, Lula Presidente!", combinando ações de agitação e propaganda com a multiplicação de milhares de comitês populares, que tenham existência e atividades concretas.

Ao lado disto é fundamental retomar a organização de grandes e potentes manifestações de massas em defesa da liberdade de Lula. Neste aspecto, é importante pontuar, de modo a superar esta prática, que foi um erro grave a não realização do ato que estava previsto para o dia 3 de abril, na véspera do julgamento do habeas corpus de Lula no STF, desmarcado de forma inexplicável sem um debate com o conjunto das organizações envolvidas com a mobilização.

As mobilizações devem seguir num processo de acúmulo que culminem num dia nacional de paralisações pela liberdade de Lula em junho, apontando para a perspectiva de realização de uma greve geral, a depender dos rumos que a luta de classes tomar no país nos próximos meses.

O combate ao golpe passa também pelo fortalecimento da Frente Brasil Popular. O PT-SP deve se engajar de forma ativa neste processo, se empenhando na construção do Congresso do Povo, nos municípios e regiões e no Estado, na perspectiva de que este seja também um espaço importante na luta pela liberdade de Lula e viabilização de sua candidatura e vitória eleitoral, e de defesa da classe trabalhadora, da democracia e da soberania nacional.

A pré-candidatura da companheira Ana Lídia a deputada estadual pelo PT-SP combinará o debate sobre os temas gerais do estado de São Paulo com a pauta da luta geral da classe trabalhadora contra o golpe, colocando em destaque também as lutas em defesa dos direitos das mulheres na perspectiva do feminismo socialista, bem como as lutas da juventude, LGBTs e do combate ao racismo e às políticas de extermínio.

A hora é grave, muito está em jogo: o futuro do PT e da classe trabalhadora brasileira. Vamos à luta, venceremos! ★

Licio Lobo, arquiteto, é secretário de formação política do PT de Diadema

Derrotar o golpe em São Paulo

O imaginário a ser mobilizado nesta eleição não deve apelar a um "sentimento paulista" oligárquico, e sim a um "sentimento classista" capaz de gerar consciência política

Rodrigo Cesar

No Estado de São Paulo se encontra o maior polo industrial do país. O desenvolvimento da indústria paulista tem raízes na expansão cafeeira da segunda metade do século 19: a acumulação de capital proporcionada pela produção e comércio do café foi suficiente para que os latifundiários diversificassem seus investimentos e instalassem manufaturas e pequenas fábricas, seja para o beneficiamento e circulação do produto, seja para oferecer outros bens de consumo nos nascentes centros urbanos.

Portanto, a diferença fundamental entre os capitalistas paulistas e os capitalistas das demais unidades da federação é que o grau e o padrão de acumulação do capital em São Paulo, ao longo do século 20, permitiram à fração paulista melhores condições de exercer papel dirigente do conjunto da classe capitalista brasileira, dando origem à autoconstrução de sua imagem como a "locomotiva" do país, para quem as outras partes do "trem" não passariam de um peso a ser arrastado...

Esta é a base material da disputa histórica entre os capitalistas de diferentes regiões para exercer sua influência sobre o Estado visando o atendimento de suas necessidades particulares, ao passo que, inversamente, esta disputa incidia sobre o desenvolvimento daquela base material.

Assim, a histórica hegemonia dos capitalistas de São Paulo sobre a definição de rumos do padrão de desenvolvimento do país esteve fortemente ancorada no apoio do aparato estatal para o latifúndio cafeicultor desde as últimas décadas do século 19, assim como para a indústria paulista de transformação desde o início do século 20.

Neste sentido, quando grandes empresas transnacionais da indústria automobilística pretendiam instalar fábricas no Brasil durante a Ditadura Militar, foi em São Paulo que encontraram melhores condições, tanto em função da infraestrutura logística já instalada e do enorme contingente de força de trabalho já concentrada, quanto do apoio estatal para a iniciativa.

Não por acaso, portanto, a região metropolitana tem sido palco de lutas políticas e sociais de grande envergadura, da greve geral de 1917 às greves metalúrgicas de 1978 a 1980. Afinal, a concentração do desenvolvimento industrial aqui gerou não apenas uma forte classe capitalista como também o seu contrário: um numeroso operariado, cujo potencial de organização, mobilização e combatividade foi forjado como contraponto à conciliação de classes do sindicalismo pelego atrelado à Ditadura Militar.

Resistência popular

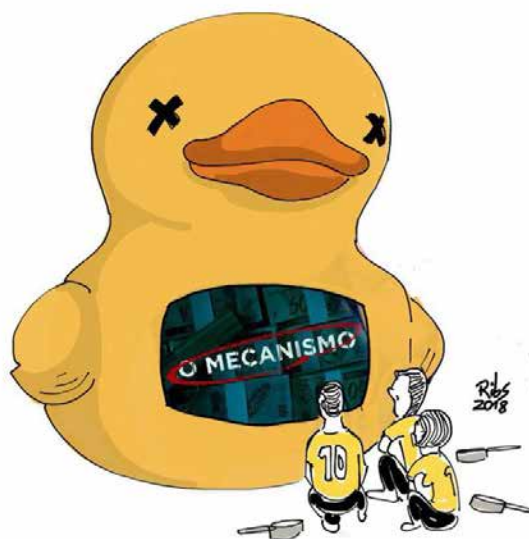
O movimento metalúrgico do ABC contribuiu para desencadear e se somou a um intenso processo de organização do conjunto da classe trabalhadora em todo o país, que gestou seu principal instrumento de luta e sua principal liderança: o PT e Lula, que hoje são os alvos preferenciais dos ataques golpistas para reduzir a capacidade de resistência popular à retirada de direitos e ao aumento da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os capitalistas brasileiros em geral, e principalmente os capitalistas paulistas, não brincam em serviço: o grau de radicalidade nas diferentes dimensões de seu programa demonstra que não estão dispostos a recuar no seu objetivo estratégico de intensificar o padrão de exploração da classe trabalhadora e construir uma saída pactuada para a atual crise política, econômica e social.

Portanto, se existe algum "sentimento paulista", ele não serve aos propósitos de derrotar o golpe. Ao contrário, o imaginário historicamente construído de que São Paulo tem uma vocação dirigente nacional a ser exercida e reivindicada serve tão somente aos interesses dos capitalistas paulistas, seja na luta contra os trabalhadores e trabalhadoras paulistas, seja na disputa com os capitalistas dos demais estados.

Em São Paulo, na luta para termos Lula livre, candidato e presidente, o imaginário a ser mobilizado nestes tempos de guerra não deve ser aquele que escamoteia a luta de classes e apela para um "sentimento paulista" que pode ser partilhado tanto por explorados como por exploradores.

O caminho é outro: a reaproximação do PT com a classe trabalhadora paulista do campo e da cidade, contribuindo com sua organização e mobilização para defender direitos, eleger Lula presidente e Luiz Marinho governador, exige mobilizar um "sentimento classista" capaz de gerar consciência política e desmascarar o capitalista que se diz trabalhador.★

Rodrigo Cesar é historiador e integra o diretório estadual do PT-SP

Desafios dos servidores

Funcionalismo precisa ocupar as ruas para derrotar os golpistas e reverter o projeto de desmonte do Estado

Guida Calixto

A gigantesca manifestação de servidores municipais em frente à Câmara Municipal de São Paulo para protestar contra a reforma da previdência municipal (15/03/2018)

O projeto golpista que assola a classe trabalhadora brasileira vem avançando cada vez mais na implementação da política neoliberal em sua forma mais radical. O governo ilegítimo de Temer nos ataca por meio de um programa de maldades ainda maiores do que aquelas levadas a cabo na primeira onda neoliberal nos anos 1990, com Collor e FHC. Neste contexto, os serviços públicos estão sendo violentamente atingidos, com a finalidade de desmonte do Estado e dos seus usos sociais.

Como exemplo desse programa radicalmente neoliberal, destacamos a Emenda Constitucional (EC) 95, que o governo golpista de Temer (aliado de primeira linha do capital internacional) aprovou com o apoio de sua base aliada no Congresso Nacional. Essa emenda congela os investimentos públicos pelos próximos 20 anos, prejudicando de forma profunda as políticas públicas de atendimento à população, pois a limitação de investimento de recursos públicos ocorrerá somente no âmbito das despesas primárias do Estado, que são aquelas de maior interesse das camadas populares como saúde, educação, previdência, segurança, assistência social e outras.

Se por um lado a EC 95 limita os gastos públicos com despesas primárias, esse impedimento ou limite não ocorre em relação ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. A limitação de gastos com despesas em áreas de extrema importância social demonstra o verdadeiro interesse da aprovação da emenda: retirar investimentos em despesas primárias e garantir mais recursos para o pagamento dos capitalistas credores, o que certamente resultará na asfixia do orçamento público.

Portanto, faz parte dos desafios de quem trabalha no setor público lutar pela revogação da EC 95, que nada mais é do que o esvaziamento de recursos públicos e sua transferência para o capital financeiro, e traz, consequentemente, maiores riscos para os servidores públicos, abrindo o caminho para o desmonte e privatização do Estado, a precarização das condições de trabalho e dos serviços prestados, bem como o congelamento de salários e a retirada de direitos.

Dentro desse cenário, o golpismo aprovou também outra medida, a "antirreforma" trabalhista (lei 13.417/2017). Essa lei retira direitos históricos dos trabalhadores, amplia a informalidade e as condições precárias de trabalho, além de enfraquecer todo o acúmulo social que se tinha até então no âmbito da negociação coletiva, retirando o protagonismo dos sindicatos em fazer valer direitos já consolidados. Com o chamado trabalho intermitente, as jornadas de trabalho estão sendo flexibilizadas ao sabor do empregador e as modalidades precárias de contratos de trabalho estão sendo ampliadas.

Não podemos esquecer que no setor público convivemos com um número grande de trabalhadores contratados pelo regime celetista, sem contar os trabalhadores terceirizados que serão atingidos diretamente por essa reforma.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, no mês de março de 2018 o número de contratações de trabalhadores com carteira assinada diminuiu. Além disso, ocorreu um aumento do número de trabalhadores que assinaram acordos de demissões com seus patrões aceitando as drásticas reduções nos pagamentos das verbas rescisórias.

Os dados acima são importantes para constatarmos a alta exploração da classe trabalhadora e seu consequente empobrecimento, demandando do serviço público uma melhor e maior estruturação para atender essa população, ou seja, mais saúde, mais educação, mais assistência etc. A EC 95 aprovada vai na contramão desse contexto, pois impede o aumento desses gastos públicos.

O ponto positivo dessa conjuntura foi que o golpismo não conseguiu aprovar ainda o projeto da "antirreforma" da Previdência Social, que em muitos momentos foi o carro-chefe da política de desmonte do Estado.

Muito foi debatido sobre os cruéis efeitos imediatos desse projeto na vida dos trabalhadores e trabalhadoras: aumento do tempo de contribuição para obtenção do direito de se aposentar, aumento da idade mínima das mulheres, retirada o direito da paridade e integralidade ao servidor público de receber seu benefício, entre outros.

Analisando o impacto desse projeto, verificamos o quanto ele será prejudicial à economia dos municípios. De acordo com Álvaro Solon de França, em seu livro *A Previdência Social e a Economia dos Municípios*, a maior fonte de renda de 70% dos municípios brasileiros são os benefícios pagos pela Previdência Social. "Em muitos casos, o valor dos benefícios previdenciários recebidos pelos aposentados supera até mesmo a arrecadação total do município, como ocorreu em 2010, quando 82,4% das cidades tiveram arrecadação inferior ao valor das aposentadorias pagas pelo INSS", diz o autor. Isso se deveu em grande medida à política de valorização do salário mínimo nos governos do PT, que funcionou como um seguro contra a miséria e pobreza.

Contudo, o golpismo ainda não se deu por derrotado no tema da Previdência. No caso dos servidores públicos, os governos municipais e estaduais golpistas estão se movimentando para aprovar a privatização dos recursos destinados às nossas aposentadorias. Em vários municípios, vemos as prefeituras usurpando os recursos previdenciários dos servidores para garantir os compromissos assumidos com suas bases aliadas, e responsabilizando esses trabalhadores pela crise econômica que assola o país. Cortar gastos com a aposentadoria, ou esvaziar tais recursos, são ferramentas clássicas do neoliberalismo.

> **"O governo Temer encontrou resistência e não conseguiu aprovar a 'antirreforma' da Previdência. Porém, em várias cidades os prefeitos atacam a Previdência dos servidores municipais"**

O projeto vigente tem muita nitidez sobre quem são seus aliados e com certeza não são os trabalhadores ou as camadas populares que necessitam do serviço público e, consequentemente, precisam de um Estado forte com condições de atender suas demandas. Precisamos debater isso com a população em nossos municípios e também falar sobre o financiamento do Estado.

É inadmissível o que estamos suportando enquanto trabalhadores e trabalhadoras.Inúmeras prefeituras alegam que os recursos estão escassos para implementar as políticas públicas necessárias ao atendimento digno da população, ou para atender a pauta de reivindicações nas campanhas salariais dos servidores públicos. Ao mesmo tempo, porém, presenciamos medidas de renúncia fiscal e evasão fiscal por parte de empresas que deveriam pagar seus tributos para garantir o funcionamento dos municípios.

Não podemos continuar ouvindo afirmações de que o serviço público não funciona ou de que é muito oneroso arcar com seu financiamento. Enquanto isso, presenciamos os capitalistas se valendo da sonegação de impostos, deixando de pagar o seu devido quinhão, prejudicando com isso os serviços públicos e a vida das pessoas.

Os desafios dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público não são poucos. O desmonte que o golpismo quer nos impor aumentou a necessidade de uma maior unidade com o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Ocupar as ruas para derrotar o golpe e dizer que a crise capitalista não será suportada por nós é nossa missão primordial. Nesse sentido, os professores municipais e demais servidores públicos da capital paulista deram um belíssimo exemplo ao derrotar, com muita luta e apesar de brutal repressão policial, a proposta do então prefeito Dória (PSDB) de aumento das contribuições previdenciárias.

★ FORA TEMER!
★ LULA LIVRE!
★ LULA PRESIDENTE!

Guida Calixto é advogada, servidora pública e militante da oposição sindical dos servidores municipais de Campinas

O PSDB e sua herança mesquinha

Nos 24 anos em que governaram o Estado de SP, os tucanos estiveram a serviço do grande capital. Povo foi tratado com desprezo e repressão

Luis Sérgio Canário

A situação atual do Estado de São Paulo é um reflexo das políticas do PSDB. Desde a redemocratização somente dois governadores não foram desse partido: Orestes Quércia e Luiz Fleury, ambos do PMDB. Franco Montoro, apesar de eleito pelo PMDB, foi um dos fundadores do PSDB. São sete mandatos ao todo, em um total de nove após a redemocratização, sendo seis consecutivos.

Ao final de 2018 serão 24 anos consecutivos de gestões do PSDB! Ressalvados breves intervalos em função de Cláudio Lembo (PFL) e agora Márcio França (PSB) assumirem o governo estadual em função da desincompatibilização do governador (que, em ambos os casos, era Geraldo Alckmin, deixando o cargo para disputar eleições presidenciais). Não há paralelo na história do Estado. Nem Arena e PDS ficaram tanto tempo no governo.

Mas ainda há outro dado significativo: o tempo do próprio Alckmin à frente do governo estadual. Só há paralelo com os donatários das capitanias hereditárias nos séculos XVI e XVII. Dos seis mandatos consecutivos, três foram dele! E mais uma parte do segundo mandato de Mário Covas, de quem era o vice.

Se São Paulo é uma "capitania" do PSDB, Geraldo Alckmin é o seu "donatário". E essa é sua marca no Estado. Uma marca forte que irá perdurar por algum tempo. Infelizmente hoje São Paulo tem a cara e o jeito reacionário e hipócrita de Alckmin (seguidor da seita católica "Opus Dei", de extrema-direita), apoiador da violência policial, inimigo dos gastos sociais, mas sempre generoso com os capitalistas, basta ver as isenções fiscais que concedeu e os contratos firmados com as grandes empreiteiras.

"Capitania"

O Estado de São Paulo vem sendo tratado pelo PSDB como uma capitania, como nos tempos em que o Brasil era colônia de Portugal. O partido acha-se no direito de fazer o que bem entende, sem nenhuma consideração além do bem-estar dos ricos e poderosos e do seu projeto de poder. Tudo isso tendo à frente um personagem de pouca expressão e quase nenhuma empatia, mas que, com o passar dos anos, assumiu grande poder político. Apesar disso, sempre conduziu o Estado como uma província menor, e não como a maior economia do país (e que, se fosse um país, teria o segundo ou terceiro Produto Interno Bruto-PIB da América Latina).

> **"Privatizações, descaso com os direitos do povo e corrupção (no Metrô, trens e merenda escolar por exemplo) são as marcas deixadas pelos tucanos após ficarem quase um quarto de século à frente do Executivo estadual"**

Hoje, embora seja o presidente nacional do PSDB, Alckmin continua com a mesma visão de política e de como conduzir o partido que devia ter nos seus tempos de prefeito de Pindamonhangaba. Nenhum demérito para "Pinda", uma bela cidade do interior paulista. Mas as questões colocadas para o governador de São Paulo são, ou deveriam ser, significativamente maiores e mais complexos.

Mas que marca é essa, que o PSDB e Alckmin deixam como legado para São Paulo após todos esses anos? De cara, um candidato a governador que bem expressa o antagonismo do PSDB às reivindicações da maior parte da população paulista: João Dória, o "Gestor". Uma invenção de Alckmin, Dória passou como um meteoro pela Prefeitura de São Paulo, deixando um rastro de perversidades e de ações de marketing de segunda categoria. É esse personagem fake que o PSDB quer ver como governador de um dos principais Estados do país!

São Paulo, o Estado, segue sendo o maior PIB do país, e o maior contingente populacional, com mais de 45 milhões de habitantes. Cerca de 30% de toda a riqueza produzida no Brasil são gerados em São Paulo, que continua sendo o maior pólo industrial do país. Aqui estão importantes universidades públicas do país e da América Latina: USP, Unesp e Unicamp (estaduais), Unifesp, UFABC e UFSCar (federais). Aqui está o maior porto brasileiro e da América do Sul, o Porto de Santos, que movimenta duas vezes mais carga que o segundo colocado, Itaguaí, no Rio de Janeiro. Aqui está o centro do mercado financeiro nacional e a sede de uma das principais bolsas de valores das Américas, que agora se chama B3. Também pode ser considerado um enorme centro de produção intelectual, cultural e artística.

Toda esta grandeza e complexidade é tratada de modo irresponsável pelos gestores tucanos. Obras do Metrô paulistano e da rede de trens urbanos arrastam-se há anos, enquanto a população da capital e da região metropolitana se espreme em trens que já não atendem mais a demanda.

Estações são inauguradas a toque de caixa e inacabadas a cada novo fim de mandato para tentar conquistar votos. Uma das maiores cidades do mundo deixa de ter um sistema de transporte de massa adequado às suas necessidades. As pessoas têm que escolher entre andar espremidas nos trens ou utilizar ônibus que trafegam lotados e à incrível velocidade média de 20 quilômetros por hora!

Abandono

Uma das táticas dos tucanos tem sido a de privatizar e entregar para a iniciativa privada esse serviço público essencial, participando dos investimentos necessários e ainda subsidiando o valor da tarifa para manter altas as taxas de retorno dos capitalistas que operam os sistemas de transporte. A Linha Amarela do Metrô é o maior exemplo dessa modalidade.

Quando se olha para a educação também se vê o dedo do descaso e do abandono. Um excelente trabalho encomendado pela Apeoesp em 2016 mostra a redução real dos gastos com a rede estadual de ensino, apesar de nominalmente crescerem, o que serviu de propaganda para o governo do PSDB dizer que está aumentando. Quando se desconta a inflação, porém, se vê que o montante dos gastos na verdade vem caindo ano a ano. Além disso ainda há todo tipo de corrupção, como pode ser visto no caso da merenda escolar, que envolve um tucano graúdo, o deputado Fernando Capez.

Os professores são mal remunerados, o que os leva a paralisações para tentar recuperar o poder de compra dos seus salários. Também na pauta de reinvindicações a melhoria das condições de trabalho nas salas de aula superlotadas, e o fim das intervenções desastrosas, como o fechamento de várias escolas (leia texto na p. 10). O que aponta no horizonte é mais uma vez a tática de sucatear para tentar encaixar o discurso de que o Estado é inepto e que a solução é entregar a gestão do ensino para a iniciativa privada. Isso em um mercado privado já altamente concentrado, nas mãos de dois ou três grandes grupos internacionais.

O Estado mais rico do país possui enorme população de crianças e jovens, que deveriam ser contempladas com uma educação exemplar, que lhes preparasse como seres humanos e como pessoas com capacidade de produzir e de intervir na sociedade, mas estão recebendo apenas algum verniz de conteúdo, sendo preparados como "mão de obra" barata. Jovens que irão disputar empregos má qualidade ou cair no mercado de trabalho informal, com subempregos sem nenhuma proteção social e legal. Essa é a grande herança tucana deixada para a população paulista.

Outro exemplo: São Paulo tem a maior e melhor malha rodoviária do país. São 35.000 quilômetros de estradas pavimentadas, sendo 22.000 quilômetros de estradas estaduais. Desses, 7.500 quilômetros são concessões, ou seja: paga-se pedágio para trafegar. E desses, 4.300 quilômetros são de estradas duplicadas, as mais rentáveis para os consórcios de grandes empreiteiras que detêm as concessões dos pedágios.

Pedágios caros

São 452 quilômetros de São Paulo a São José do Rio Preto, uma viagem que custa R$ 86,10 somente em pedágios. Ida e volta custam R$ 172,20! Esse é o preço da privatização. Uma brutal transferência de dinheiro dos usuários de estradas para os consórcios que na maioria das vezes investem muito pouco, tendo encontrando estradas prontas e de alta qualidade, como a Rodovia dos Imigrantes, na qual o pedágio custa R$ 25,60 em cada direção. Ir à praia de carro custa R$ 51,20 de pedágio! Enquanto isso, uma viagem de São Paulo a Belo Horizonte, com seus 586 quilômetros, por uma rodovia federal, a Fernão Dias, custa apenas R$ 18,40 (ou R$ 36,80 ida e volta). Por quê?

Enquanto as concessões federais foram vendidas pelo menor valor do pedágio, as concessões estaduais foram vendidas a quem pagasse o maior valor pela concessão (e, portanto, iria cobrar a maior tarifa de pedágio para cobrir o investimento)! Onde está a lógica? Essa é a estratégia de privatização do PSDB: não é usar a iniciativa privada para oferecer melhores serviços por preços razoáveis, mas privatizar para transferir verbas públicas para o capital financeiro, via pagamento da dívida pública, ou para o setor das grandes empreiteiras.

Esses são alguns dos aspectos que se pode comentar aqui. Seriam necessárias páginas e páginas para falar do completo descaso com a saúde da população, que sofre com a privatização da gestão de hospitais e unidades de saúde (entregue a fundações privadas e às "organizações sociais de saúde", privadas), com postos de saúde dotados de pouca ou nenhuma infraestrutura e insuficiência de materiais ou remédios que os médicos e demais profissionais de saúde possam utilizar: a vida dos trabalhadores e do povo é tratada com a mais completa indiferença.

Esse é o legado de quase um quarto de século, tempo em que o PSDB e Alckmin vêm exercendo o governo estadual e controlam São Paulo como sua "capitania hereditária". ★

Luis Sérgio Canário é engenheiro e militante do PT

Educação básica no Estado de SP

Governo tucano destruiu a rede pública estadual. Baixos salários dos professores e superlotação das salas derrubam a qualidade do ensino

Karen Aparecida Silveira

No Estado de São Paulo, o ciclo básico da educação (ensinos fundamental e médio) sofre uma série de ataques, com a desvalorização profissional dos educadores, a "reorganização" velada da rede pública de ensino e, consequentemente, a queda da qualidade.

Os salários dos professores e professoras vêm caindo a cada ano, o último reajuste ocorreu em 2014. Depois disso, não houve sequer a reposição da inflação. Cabe comparar o salário atual dos professores da rede estadual de ensino com o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei 11.738, de 16 de julho de 2008), que tem como objetivo estabelecer o mínimo devido a cada professor que exerce 40 horas semanais. Em 2008, o salário de um professor de educação básica do ensino fundamental II (do 6º ano ao ensino médio) em início de carreira superava em 59,5% o piso salarial de então. Em 2017, este índice caiu para 5,1%, e em 2018 o salário deste profissional estava abaixo do piso estabelecido em lei, pressionando o governo estadual a fazer um reajuste.

Mas a questão não para por aí: em 2017, o salário dos professores e professoras de educação básica I (do 1º ao 5º ano) em início de carreira já estavam abaixo do piso, o que fez o governo conceder um reajuste de 10,15%. Porém, esse reajuste não foi estendido a toda categoria, descumprindo o plano de carreira do magistério.

Diante destes dados, é possível perceber que a categoria está com imenso déficit salarial e que o atual governador, Márcio França (PSB), da mesma forma que o anterior, Geraldo Alckmin (PSDB), não tem nenhum interesse na valorização desses profissionais da rede pública de ensino, pois em nenhum momento apresentou uma proposta real de reposição das perdas salariais que sofreram. Mesmo depois de uma greve de 92 dias em 2015, o governo recusou-se a negociar o reajuste salarial com a Apeoesp.

Ao mesmo tempo em que desvaloriza os profissionais, a cada ano o governo tucano fecha mais salas de aula. Depois da greve de 2015, o governo estadual apresentou um projeto que apelidou de "reorganização escolar". Na verdade, sem fazer qualquer discussão com a comunidade escolar (educadores, pais e estudantes), os tucanos pretendiam fechar várias escolas e instituir o ciclo único em outras. Para impedir este retrocesso, os alunos se organizaram e promoveram as ocupações das escolas, defendendo-as contra o fechamento. Apesar da repressão policial e de grupos organizados de direita, o movimento prosseguiu e conquistou uma importante vitória. O secretário da Educação, Herman Voorwald, pediu demissão. E o governador Alckmin não teve outra saída a não ser recuar da decisão, temporariamente.

Não houve o fechamento de escolas, mas a mal denominada "reorganização escolar" passou a ocorrer de forma velada. No ano de 2016 foram fechadas 2.158 salas de aula no Estado.

> **"Derrotado pelo movimento secundarista, o governador Alckmin passou a promover a 'reorganização escolar' de forma velada. Em 2016 o governo Alckmin fechou 2.158 salas de aula!"**

Além disso, as salas dos anos iniciais dos ciclos fundamental I e fundamental II que estavam previstas não foram abertas. Esta foi outra tática utilizada pelo governo tucano para implementar seu projeto de sucateamento da educação pública: várias escolas que estavam na lista do governo para se tornarem de ciclo único, no ano de 2016 não abriram a série inicial do ciclo que seria fechado em 2015.

Essa manobra perversa elevou ainda mais o número médio de alunos por sala, provocando a superlotação das salas, em desrespeito à própria legislação estadual vigente, que estabelece a quantidade de 30 alunos para o ciclo fundamental I; 35 alunos para o ciclo fundamental II; e 40 alunos por sala para o ensino médio. Os dados estatísticos mostram que o número total de matrículas na rede pública cresceu de 2015 para 2016, o que desmonta a alegação do governo, de suposta diminuição do número de alunos.

Percebemos que, a cada ano que passa, a educação básica da rede estadual paulista apresenta maior déficit na valorização profissional e a superlotação de salas de aula, levando à queda na qualidade de ensino. A desvalorização profissional faz com que professores não disponham de tempo e condições suficientes para investir nas suas carreiras e para a preparação das aulas, correção de provas e outras atividades extraclasse, pois precisam trabalhar em mais de uma escola para obter renda adequada ao sustento de suas famílias.

Além disso, a superlotação das salas de aula afeta diretamente a qualidade do ensino, uma vez que impede os profissionais de dar a necessária atenção aos alunos e torna esse ambiente de trabalho altamente precário e insalubre. Não por acaso, é alto o índice de problemas de saúde física e mental de professores e professoras da rede pública estadual. A escola precisa ser um local com ambiente agradável e acolhedor, para que os alunos consigam apreender e professor possa exercer a sua profissão com o devido reconhecimento e dignidade.

Educação é direito de todos e responsabilidade do poder público. Juntos, podemos mudar essa realidade lutando por educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos. ★

Karen Aparecida Silveira é professora de Geografia e Sociologia da rede estadual

Ensino Superior, resistência e luta!

Universidades públicas estaduais têm financiamento inferior ao necessário

Alisson Henrique Furigo

Sucateamento, abandono, negligência, desrespeito à democracia e à autonomia universitária, repressão interna e militarização dos campi. Tais problemáticas caracterizam o atual quadro da educação superior no Estado, resultado dos desgovernos "tucanos", especialmente de Geraldo Alckmin e seu pupilo amorfo, Márcio França.

Diante da agenda golpista, antipopular e ilegítima, governos estaduais comparsas, como o de Alckmin, tendem a oferecer a educação pública como uma grande oportunidade para conglomerados empresariais e o capital rentista. É notório este compromisso neoliberal, escancarado em certas regiões do país.

Na região Sudeste, detentora da maior concentração de cursos de graduação (públicos e privados), 45% do total, verificamos que quase 2/3 deles estão distribuídos por municípios do interior. Parte expressiva dos graduandos está matriculada no período noturno e, de acordo com a média nacional, entre a rede particular e a pública há uma proporção de alunos ativos de 2,5 para 1,0, respectivamente. Dentre os Estados, São Paulo concentra 1,5 milhão de matrículas em cursos presenciais, cerca de 27% do total de alunos do país.

Logo, no território mais populoso do país encontra-se o maior número de matrículas, espalhadas por todas as sub-regiões (interior, litoral e capital), seja em universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais (IFs) ou Cefat's. Em 2013 foram identificadas 654 instituições de ensino superior no Estado, incluídas nessa conta as três universidades federais (UFABC, Unifesp, UFSCar), as três estaduais (USP, Unesp e Unicamp), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e as faculdades de tecnologia (Fatec's). Ou seja: São Paulo representa uma "fatia" muito significativa da base científica e da produção tecnológica nacionais

Expansão tucana

A expansão do ensino universitário nos governos tucanos vem sendo nitidamente irregular, orientada pelos interesses meramente político-eleitorais dos governantes do PSDB e de sua base no legislativo. O aumento de unidades tanto na capital ("USP Leste") como no interior, por exemplo o campus da Unesp em São João da Boa Vista e tantos outros, é marcado pela irresponsabilidade. Ausência de planejamento, graves problemas ambientais, falta de transparência, sucateamento e autoritarismo deram contornos à maior crise da educação superior estadual presenciada até hoje.

O problema maior reside no subfinanciamento do ensino superior, no tocante às universidades (USP, Unesp e Unicamp) e às Fatecs (Centro Paula Souza). Os governos tucanos têm vetado sistematicamente as tentativas do movimento social e até do próprio Conselho de Reitores (Cruesp) de aumentar o percentual anual de repasse do ICMS para as universidades, fixado em 9,57%.

Além disso, manobras contábeis da Secretaria da Fazenda reduzem indevidamente o repasse em centenas de milhões de reais por ano. (Ainda pior é a situação do Centro Paula Souza, cujo orçamento não conta com vinculação de recursos.) Os salários estão congelados e no final de maio as categorias decidiram entrar em greve.

Daniel Garcia/Adusp

Universidades estaduais mobilizam-se e entram em greve contra arrocho salarial

Padrão golpista

Nas federais, o padrão golpista vigente se repete de forma similar, tanto na UFABC, com a recusa do MEC a nomear o reitor eleito, como na Unifesp, com o corte de bolsas vitais para a permanência estudantil. O abandono sistematizado, agravado pelo congelamento dos investimentos da União, resultou no início de 2018 em acentuada precarização das condições de ensino.

No entanto, recentes e exemplares enfrentamentos, por meio de greves, atos de protesto e diversas ações locais, tanto na USP como na Unifesp, demonstram forte e estimulante resistência, com destaque para a luta dos estudantes.

Por outro lado, a formação de centenas de milhares de pessoas está nas mãos de oito megagrupos empresariais, alguns dos quais possuem capital aberto, como o grupo Kroton e os grupos internacionais DeVry e Laureate. Seus planos de fusão e aquisições enquadram o ensino em novos modelos de negócios, deixando a qualidade "a ver navios".

Saltaram de 15% do mercado, em 2010, para 59% em 2014, fazendo expandir igualmente à educação à distância (EAD). Na busca desenfreada pelo lucro, instituições como Metodista, Laureate e Estácio optaram por demissões massivas de professores: 60, 150 e 1.200, respectivamente. A mercantilização do ensino rasgou todas as fantasias.

Num possível governo do PT, a leitura e compreensão deste cenário evidenciam a necessidade de um forte e duradouro investimento nas instituições públicas, em permanência estudantil, infraestrutura e contratação de mestres e doutores, principalmente no interior. Reforço contínuo em ensino, pesquisa e extensão, e intenso e constante diálogo com a comunidade acadêmica, envolvendo toda a sociedade, as comunidades locais, construindo um ambiente acadêmico democrático, representativo e popular. ★

Alisson Henrique Furigo é estudante da Unesp e militante do PT

Golpe de Estado, eleições e SUS

Reverter desmonte da Saúde Pública vai contrariar interesses econômicos e políticos. É vital debater com a população e conquistar seu apoio

Coletivo Saúde São Paulo

A conjuntura advinda do golpe de Estado de 2016, que depôs a presidenta reeleita em 2014, Dilma Rousseff, sem quaisquer evidências que desabonassem sua conduta, apresenta uma característica marcante: as classes sociais dominantes e seus aliados internacionais, as elites políticas conservadoras e antidemocráticas, os partidos golpistas, os meios de comunicação de massas, enfim, o conjunto do condomínio golpista, vem agindo com pressa para viabilizar as suas políticas atentatórias aos direitos dos trabalhadores, antipopulares e comprometedoras da soberania nacional.

Alguns poucos exemplos: os direitos das classes trabalhadoras, conquistados depois de décadas de lutas sociais, vão sendo mutilados, como bem atesta a aprovação da "reforma" da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); os recursos do orçamento federal para gastos e investimentos nas políticas sociais, entre elas a de saúde, foram congelados até 2036; a alienação de nossas riquezas transformou-se em realidade, como evidencia a concessão da exploração do Pré-Sal. Ao mesmo tempo, são vítimas da atual condução da economia 14 milhões de pessoas desempregadas.

A cada momento o condomínio golpista dobra a aposta, sem limites, inclusive porque não há nenhuma fração da classe dominante ou setor social importante do seu espectro de influência político-ideológica que não tenha participado de algum modo da deposição de Dilma. A campanha ocorrerá numa conjuntura de golpe de Estado, portanto sua dinâmica será regida pela anormalidade institucional.

O Sistema Único de Saúde (SUS) assiste há dois anos a deformações significantes de múltiplos aspectos de sua essência, com vistas a afetar a sua legitimidade e drenar recursos para empresas e outros entes privados que atuam nos negócios da saúde. Isto faz com que questões nacionais interligadas, que dizem respeito ao SUS em seu conjunto, portanto, também aos Estados da Federação, ao Distrito Federal e aos Municípios, precisem ser expostas preliminarmente.

EM DEFESA DO
SUS

Existe consenso entre estudiosos brasileiros e de outros países, defensores de um qualificado Sistema de Saúde nacional, público e universal, os quais julgam que o SUS tem plenas condições de assumir esta função para o conjunto da sociedade brasileira, desde que se equacione a insuficiente participação da União no financiamento do SUS durante toda a sua existência. Tal insuficiência decorreu da oposição política à implantação do SUS já no seu nascedouro, em 1989, patrocinada pelas classes dominantes brasileiras que regem a política econômica, mediante a sonegação de recursos orçamentários cuja transferência para a saúde foi prevista na Constituição Federal (CF) de 1988, inaugurando-se, assim, o crônico subfinanciamento do Sistema, que perdura até os dias de hoje.

Naquela ocasião, em média eram investidos cerca de 25% dos recursos do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) na assistência médica prestada por órgão do MPAS. Com o reconhecimento do direito social à saúde, a criação do SUS e a universalização do acesso aos seus serviços previstos na CF de 1988, os constituintes destinaram percentual aproximado de recursos orçamentários da seguridade social, 30%, para a saúde, a fim de que em 1989 o Ministério da Saúde (MS) iniciasse a organização do novo sistema, o SUS. Este recurso não foi repassado ao MS, gerando gravíssima crise de desassistência à população.Em face disto, dar início a reversão do estrangulamento orçamentário do SUS, no que se refere à participação da União, é fundamental. Ademais, o Brasil tem plenas condições econômicas de fazê-lo num governo democrático e popular.

Os candidatos do PT a governador, Luiz Marinho, ao Senado, à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa (Alesp) precisam propor nos debates públicos três providências:

1) defesa da criação de um Fundo de Emergência para Criação de Emprego e Desenvolvimento Social, que utilize parcela das reservas internacionais do Brasil, a fim de viabilizar a rápida retomada do crescimento econômico e do emprego, bem como investimentos nas áreas sociais, priorizando-se num primeiro momento a saúde;

2) defesa da aprovação da destinação obrigatória de 10% da receita corrente bruta anual da União à saúde, e

3) a defesa da retirada da área da saúde (Municípios, Estados, Distrito Federal e União) da base de cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque a saúde é intensiva no emprego de mão-de-obra, além de também ter atribuições de fiscalização e controle que lhes são próprias, destinadas a preservar a saúde e a vida das pessoas.

Estas três propostas concretas têm o dom de situar no plano político e ideológico as candidaturas petistas em contraposição ao discurso neoliberal avesso às questões sociais de oponentes conservadores. Por outro lado, devemos assumir compromisso público de priorizar o vasto campo da saúde e, por decorrência, investir no Sistema de Saúde nacional, público e universal.

Programa de Governo

A importância do Estado de São Paulo e o cenário em que a eleição provavelmente se dará, nesta conjuntura, coloca ao candidato a governador pelo PT, bem como aos candidatos ao Senado, à Câmara dos Deputados e à Alesp enormes responsabilidades na veiculação à população de narrativas didáticas que dissequem as várias fases do golpe de Estado a partir de abril de 2016. As pesquisas de opinião atuais vêm detectando a arguta percepção popular a respeito das práticas políticas do condomínio golpista.

E mais: acoplem isto à veiculação, durante a campanha eleitoral, de Programa de Governo ousado, que transmita ao eleitorado a perspectiva de transformação para melhor tanto da realidade do Estado quanto da vida das pessoas.

No caso da saúde tais transformações somente poderão se dar se forem enfrentadas questões que, a esta altura do desmonte do SUS, não podemos deixar de discutir claramente com a população. Questões cujo enfrentamento contrariará diversos interesses econômicos e políticos, portanto é vital debater e interagir com a população, sem o que não se materializará apoio popular às mudanças:

*É fundamental enfatizar que a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) priorizará uma série de ações, em conjunto com os Municípios, visando, a médio prazo, atingir indicadores de saúde que reflitam a pujança econômica e cultural do Estado.

*A Reforma da SES-SP é uma necessidade. No primeiro ano da gestão já estariam funcionando Regionais de Saúde com novas atribuições e competências, bem como tudo o que diga respeito ao quadro de pessoal (levantamentos, dimensionamento de necessidades e outros) já teria sido concluído. No segundo ano conclui-se o processo.

*A SES-SP somente conseguirá exercer um protagonismo institucional compartilhado, na perspectiva da integração do Sistema no âmbito do Estado, se: a) constituir Regionais de Saúde cujos dirigentes tenham sob sua coordenação administrativa direta: 1. Equipes e Grupos Técnicos de Planejamento, Regulação, Auditoria, Grupos de Vigilância Epidemiológica e Grupos de Vigilância Sanitária, bem como Equipe Administrativa; 2. Estabelecimentos de saúde estaduais localizados na área geográfica da Regional de Saúde: ambulatórios, hospitais e outros administrados pela SES-SP e por “organizações sociais” (OS); b) os dirigentes regionais efetivamente priorizarem e contribuirem para dinamizar as Comissões Intergestores Regionais (CIR); c) instituir um Fundo para cada Regional de Saúde, a fim de conferir maior autonomia e criar melhores possibilidades de resolução de problemas regionais. Os Contratos de Gestão das OS serão geridos administrativamente e monitorados tecnicamente pela Coordenadoria de Planejamento de Saúde (CPS);

> “Dar início à reversão do estrangulamento orçamentário do SUS é fundamental. E no plano estadual, é preciso reformar a Secretaria da Saúde e reassumir a gestão de equipamentos hoje controlados por ‘OS’”

* Reassumir gradativamente a gestão de equipamentos públicos da SES-SP atualmente sob gestão privada de OS, com o intuito de adotar mecanismos de racionalidade econômica, iniciar a desprivatização do Sistema e compartilhar com os Municípios a prestação de serviços à população (protagonismo institucional compartilhado). A privatização da gestão e de redes de unidades de saúde estaduais por meio das OS requer gasto com custeio maior que o necessário para custear as mesmas unidades, caso elas fossem geridas normalmente pela Administração Pública Estadual.

*Reajuste imediato de funcionários das categorias estratégicas para a boa prestação de serviços de saúde à população.

*Priorizar o Instituto Butantã quanto ao desenvolvimento tecnológico na produção de insumos à produção de vacinas, soros e biofármacos para uso humano, bem como a Fundação para o Remédio Popular (FURP) na produção de medicamentos.

*Estimular o Conselho Estadual de Saúde a inovar na busca da participação da comunidade e do controle social do Estado no SUS. ★

O Coletivo Saúde São Paulo é constituído por militantes e simpatizantes do PT que atuam na área da saúde e apoiam a pré-candidatura de Ana Lídia Aguiar a deputada estadual pelo PT-SP. O presente texto é um resumo de documento elaborado pelo grupo, intitulado “Na Conjuntura do Golpe de Estado: Eleições e SUS”

“Filha da classe trabalhadora, militante feminista e socialista”

Nesta entrevista, nossa jovem pré-candidata a deputada estadual pelo PT de São Paulo relata sua história de vida e de militância política. Quando Lula se elegeu presidente da República, em 2002, Ana Lídia, que é filha de operários, tinha apenas 14 anos, mas já frequentava comícios do PT desde muito antes, pois a política fazia parte da cultura da sua família.

Ela fala da importância do feminismo como “instrumento de luta fundamental para superar a opressão, a desigualdade e a violência contra as mulheres”, e comenta a sua trajetória profissional como professora da rede pública estadual. “Os desafios diários dentro da sala de aula são inúmeros”, destaca Ana Lídia, pois os governos tucanos desrespeitam as escolas, tratam os alunos como “números” e desvalorizam o professorado.

A seu ver, a saída para os problemas do país está na derrubada do governo golpista, com a revogação das medidas aprovadas por Temer. E, no caso do Estado de São Paulo, a solução é derrotar o governo tucano que há mais de duas décadas vem sucateando a educação pública, maltratando o SUS e tratando a juventude como caso de polícia.

Página 13. Fale um pouco da sua trajetória pessoal: infância, família, influências.

Ana Lídia. Nasci em 1988, no mesmo ano em que foi promulgada a nossa última Constituição. Filha de pais operários que enfrentaram todas as dificuldades para criar os filhos, em meio aos anos neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso. Meu pai ficou desempregado duas vezes nos anos 1990 e tínhamos que buscar a melhor maneira para conseguir superar as dificuldades financeiras. Nossa vida era bem calculada: onde se podia gastar, o quanto e com o quê.

Durante toda minha infância e adolescência via como referência de melhoria de vida as lutas sociais, principalmente no PT. Lembro dos comícios e campanhas nas quais minha mãe me levava ainda quando criança. Embora não entendesse bem do que se tratava toda aquela “festa”, porque para mim era diversão, sabia que de alguma maneira tudo aquilo estaria relacionado à melhoria de nossas vidas.

Sempre tive como referência minha família, sobretudo a família da minha mãe, sempre pronta para uma bela briga social. Mesmo sendo uma família de poucos recursos, sempre tiveram a compreensão de que as dificuldades que sofriam estavam relacionadas às desigualdades sociais históricas do país. Então, desde muito cedo fui inserida no mundo da política.

Outra memória que guardo é a eleição do Lula em 2002, na época eu tinha 14 anos. Lembro que fui para a Praça Kennedy na minha cidade natal, São José dos Campos, acompanhar a apuração e assim que saiu o resultado eu vi muito choro de emoção e abraços muito fraternais. E percebi ali que a vitória do candidato do PT à Presidência da República era muito mais que aquele homem barbudo que deu nome às minhas bonecas de infância. Sim, minhas bonecas se chamavam “Lula”! Aquela alegria representava uma conquista, fruto de muita luta, e que viria a mudar a vida de muita gente.

Pouco tempo depois, em 2007, ingressei numa universidade pública federal criada por Lula e pelo PT e isso não foi pouca coisa. Foi o ingresso na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que mudou minha história. Fui fazer Ciências Sociais e por meio da universidade eu percebi que a educação ajuda a transformar a sociedade. Saí de São José dos Campos, que há doze anos vinha sendo gerida pelo PSDB, e fui morar na segunda maior periferia do Estado, em Guarulhos, cidade administrada pelo PT, e pude sentir mais ainda que era um governo de trabalhadores para trabalhadores.

Foram os governos e as políticas do PT que permitiram que eu e milhares de jovens da classe trabalhadora pudessem ingressar na faculdade. Graças aos governos do PT de Lula e Dilma eu me tornei professora e hoje, além de dar aula que é um dos prazeres de minha vida, também faço doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP).

Página 13. Quando e como você se filiou ao PT? Por quê?

Ana Lídia. Eu me filiei ao PT em 2008, já são dez anos de partido. O que me levou a filiar ao PT foi entender como todas as políticas do governo Lula e do PT estavam impactando positivamente a minha vida e na qualidade de vida do povo brasileiro. Também entendo que muito ainda tinha por fazer e que é por meio do PT que será possível promover as transformações profundas nas estruturais desiguais,

violentas, opressoras, machistas, racistas e LGBTfóbicas da sociedade brasileira. O PT é o único partido com vida real no seio da classe trabalhadora e que permitirá conduzir o Brasil rumo ao socialismo.

Página 13. A partir de que momento você percebeu a importância da questão do feminismo e da luta das mulheres?

Ana Lídia. Foi desde muito cedo, dentro de casa primeiro. Tanto o meu pai quanto a minha mãe trabalharam toda a vida fora de casa, e mesmo quando chegavam exaustos do trabalho, era sempre minha mãe que ia para o fogão fazer a janta e lavar a louça. Além disso, sempre houve uma clara diferença entre meu irmão e eu, ele sempre teve mais liberdade, assim como também não contribuía com as tarefas em casa, diferente de mim. Conforme eu fui crescendo, fui entendendo ainda mais o que significava o machismo da nossa sociedade, que ia desde ditar as nossas regras de comportamento (porque não era "coisa de menina" ter quarto bagunçado e muito menos sair sozinha), passando pelas roupas que vestimos (porque eu ando "desleixada", e porque "podia passar um batom e colocar um salto") até a

> **"O que mais me fez entender a importância do feminismo na minha vida foi o convívio com diversas mulheres que passaram por situações de violências e abusos de uma maneira que eu jamais poderia entender até então"**

difícil aceitação de nosso corpo fora dos "padrões" consideráveis aceitáveis.

Já adolescente e na minha primeira fase de adulta eu me incomodava e, obviamente, ainda me incomodo na rua quando passo por situações de assédio, seja com palavras, seja com gestos e até mesmo com ações. Hoje, enfrento o machismo dentro da sala de aula, quando alunos mais velhos não entendem que por ser jovem e mulher eu também posso ser professora e não uma "paquera" qualquer.

Mas o que mais me fez entender a importância do feminismo na minha vida foi o convívio com diversas mulheres que passaram por situações de violências e abusos de uma maneira que eu jamais poderia entender até então. Eu estudava muito o que era o machismo em nossa sociedade e como os movimentos feministas construíam suas lutas para mudar nossa condição de desigualdade perante os homens, mas nada disso me fez despertar mais do que as experiências das mulheres com que passei a conviver, desde aquelas que foram despedidas por terem engravidado até as que passaram por situações de violência doméstica ou de estupros em casa, na balada e na rua.

A atuação das mulheres no partido e nos movimentos também não está isenta de sofrer machismo. É constante as mulheres serem escanteadas nas tomadas de decisões políticas e inúmeras candidaturas de mulheres "laranja" (isto é, apenas para completar cotas para inscrição de chapas, em vez de serem candidaturas para valer).

Enquanto na sociedade representamos mais da metade da população, no Congresso Nacional ocupamos apenas 8% das cadeiras. Isso significa que as leis produzidas em nosso país são feitas por homens e para homens, sem compreender a dinâmica da vida das mulheres que ainda recebem menos que homens, que têm o Estado interferindo sobre os corpos quando tenta criminalizar o aborto ou mesmo não reconhecendo o trabalho doméstico como produtivo.

O feminismo é um instrumento de luta fundamental para superar a objetificação, a opressão, a desigualdade e a violência contra as mulheres, especialmente contra mulheres trabalhadoras. É por meio do feminismo, aliado às lutas do conjunto da classe trabalhadora, que buscaremos uma sociedade com mais igualdade de gênero e autonomia financeira, social, política, sobre nosso corpo. Trata-se de ampliar a participação feminina e qualificar o debate político em que as mulheres são parte fundamental.

Página 13. Como professora da rede pública estadual, como você avalia a percepção da juventude sobre a situação política do país, em especial o desemprego?

Ana Lídia. Vejo a relação de parcela significativa da juventude muito conflituosa com a política. Parte importante dos jovens não olha para a política como saída para os seus dilemas da vida. Isso porque muitas vezes a política aparece na vida deles por meio do Estado, de uma forma muito opressiva. Seja através da escola e seu modelo falido de educação, enclausurador, seja por meio da polícia criminalizando e matando sobretudo a juventude negra, seja pelos equipamentos de saúde precários, ou mesmo na ausência do próprio Estado, abrindo margem para que o crime organizado torne-se referência na vida dessa juventude. Há pesquisas que mostram que 40% da juventude que ingressa no ensino médio são reprovados ou se evadem da escola.

Além disso, é sempre importante lembrar o papel que os meios de comunicação exercem sobre a juventude, vendendo a imagem de que a política não presta e que todo político é corrupto. Isso é uma forma que os verdadeiros donos do poder no país encontraram para afastar a juventude da política, fazendo com que acreditem que não tem mais jeito.

Apesar disso, temos inúmeros exemplos na história que mostram como a juventude é capaz de transformar a sociedade. Gostaria de lembrar um exemplo recente e bem marcante que foram as ocupações das escolas estaduais em 2015. A "primavera estudantil" foi a uma insurreição contra as políticas de precariedade dos governos tucanos, representou um soco na desvalorização da educação pública do Estado. A juventude é potencialmente uma agente transformadora de nossa sociedade e por isso nossa luta tem que ser a promoção de mais espaços de participação política real da juventude.

Página 13. Como foi sua experiência de ingresso no professorado? O que é ser professora da rede estadual de SP hoje?

Ana Lídia. Comecei a dar aulas em um colégio particular pequeno na periferia de Guarulhos em 2011, mas considero que minha maior experiência foi como professora da rede pública estadual. Comecei como professora no Estado como contratada, o que a gente chama de categoria "O", em 2013. Nessa época eu tinha que fazer o que milhares de professores ainda fazem: desdobrar-me em três pessoas ao mesmo tempo, para conseguir ir para três escolas diferentes e assim conseguir completar a jornada de trabalho.

Apesar de ter ingressado como professora efetiva do Estado e passar a ter acesso a alguns direitos, as condições de trabalho continuam precárias, seja pela falta de valorização das professoras e dos professores, seja pela falta de infraestrutura escolar, seja pelo assédio moral sofrido, seja pelos contantes ataques à educação.

Os desafios diários dentro da sala de aula são inúmeros. Alunos chegam às séries finais sem saber ler e escrever, não conseguem realizar as quatro operações básicas em matemática. A progressão continuada implantada por Covas trouxe consequências graves para o desenvolvimento da educação e para o professor, que precisa lidar com os mais variados problemas de aprendizagem trazidos pelos alunos desde os anos iniciais do ensino escolar, isso porque muitos educandos são aprovados automaticamente para que se "melhorem" os índices do governo. Essa situação reflete apenas números para serem publicados durante as campanhas eleitorais, e é exatamente como números que alunos são tratados nas escolas. Além da superlotação, alunos com as mais diversas realidades são jogados nas salas de aula, onde o professor precisa dar conta, sem um apoio psicológico.

Ao longo desses vinte anos em que o PSDB está governando São Paulo, o que se tem notado é o descaso com a instituição escolar, com os alunos que têm o direito à educação e com a categoria dos professores. As violências construídas pelas nossas heranças são reproduzidas todos os dias nas salas de aula, com ajuda policial. Práticas de violência reproduzidas cotidianamente nas periferias do Estado têm ganhado respaldo do governo para manter a "ordem" nas escolas estaduais paulistas. São inúmeros os relatos de ações policiais dentro das escolas.

> **"Ao longo desses vinte anos em que o PSDB está governando São Paulo, o que se tem notado é o descaso com a escola, com os alunos que têm o direito à educação e com os professores"**

Em 2015, os professores da rede estadual de educação passaram pela greve mais longa de nossa história. Foram 92 dias de greve que teve dentre seus motivos o acúmulo das políticas de desvalorização da educação, que simbolizam o significado de vinte anos de gestão tucana no Estado. À época, 30 mil professores perderam aulas devido às mais de 3 mil salas fechadas pelo governo, provocando o superlotamento de outras mais, onde já não cabiam alunos. A greve tinha também como objetivo a denúncia da estrutura precária das escolas paulistas e do Decreto 61.132/15 que

previa o congelamento salarial dos servidores estaduais.

Essa greve a meu ver saiu vitoriosa, pois promoveu o fortalecimento do sindicato e ainda serviu de ensinamento aos estudantes que no mesmo ano se rebelaram com o projeto de reorganização escolar de Geraldo Alckmin, ocupando escolas e derrubando não apenas o projeto, mas também o à época secretário de Educação.

As dificuldades do trabalho docente e os problemas da educação se agravam depois do golpe contra a presidente Dilma. Assistimos ao governo tucano aprovando na Assembleia Legislativa o PL 920/2017, que limita os investimentos em saúde, educação e demais serviços, prejudicando toda a população paulista. Além disso, com o avanço de projetos conservadores e de direita em trâmite nas casas legislativas, como o "Escola sem Partido", assistimos a educação retroceder no debate da promoção da igualdade de gênero e na desconstrução de preconceitos e intolerâncias.

Página 13. Luiz Marinho é o candidato do PT-SP a governador. As últimas pesquisas eleitorais apontam que há um potencial de crescimento da sua candidatura, e um bom desempenho de Suplicy na disputa ao Senado. Como avalia o quadro eleitoral?

Ana Lídia. As eleições para governador e senadores no Estado de São Paulo, mais que nunca, serão impactadas pela dinâmica nacional. O dado central da conjuntura é a violência perpetrada pelo golpe em processo. Violência política extrema com a prisão ilegal e arbitrária de Lula e a tentativa de impedir sua candidatura. E violência social extrema que se expressa na deterioração acentuada e acelerada das condições de vida do povo. O conjunto da obra vem criando uma dinâmica social nova, uma mudança por vezes silenciosa na percepção do povão sobre a situação, uma compreensão mais profunda e mais ampliada do golpe, o que gera um ambiente político mais favorável para o PT e as forças de esquerda do que aquele que vivemos nas eleições de 2016, ano em que o antipetismo prevaleceu.

As pesquisas têm captado este sentimento, com Lula liderando para presidente no Estado de São Paulo, em pleno "ninho" dos tucanos. Neste contexto, Marinho pode crescer muito e ir ao segundo turno e as chances de Suplicy ganhar a disputa ao Senado são palpáveis. Mas nada disto é automático. Ao contrário, para estar à altura dos desafios e das possibilidades, muita coisa precisa mudar no PT-SP, e rápido. Em primeiríssimo lugar é necessário levar a campanha "Lula livre, Lula inocente, Lula presidente!" às ruas com mais ousadia e ofensividade, enterrar definitivamente as articulações e movimentações em torno de um "Plano B" e nem sequer cogitar qualquer aliança com golpistas. É possível e urgente chamarmos grandes mobilizações em defesa de Lula que reúnam centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores em São Paulo. Nos últimos meses já perdemos boas oportunidades de fazer isto. A hora das vacilações tem que ficar para trás.

É possível avançar dialogando com o povão sobre a possibilidade de revogação das medidas golpistas e sobre a importância de termos Marinho governador e Suplicy senador para fortalecer este projeto. É possível vencer e temos obrigação de lutar pela vitória de Marinho e Suplicy, mas isto só será possível com uma campanha que empolgue e envolva o conjunto da militância petista, que está pronta para o combate. Isto envolve construir uma direção e uma coordenação de campanha mais ampla, com mulheres e homens, jovens, negras/os e LGBTs e que represente a força da pluralidade e da diversidade da classe trabalhadora.

Página 13. Vamos falar um pouco de economia? Qual a sua opinião a respeito das privatizações e desnacionalizações?

Ana Lídia. Grandes potências mundiais como EUA e China controlam o setor elétrico. A grande pergunta é: "Por quê entregar essas empresas brasileiras?" É claro que os golpistas estão de olho no dinheiro que arrecadarão com as privatizações. Se a Eletrobrás for vendida as periferias e interior terão dificuldade de acesso à energia elétrica. O programa Luz para Todos, criado por Lula, permitiu que comunidades carentes em diversas regiões do Brasil tivessem acesso à energia elétrica. Agora, no entanto, quilombolas, indígenas, favelas, trabalhadores rurais terão a conta de luz mais cara e menor investimento nesse setor. O apagão que ocorreu em março já nos mostrou isso. Mais de 70 milhões de brasileiros ficaram sem energia por horas devido a uma falha da State Grid, empresa chinesa do setor elétrico, que fez testes em horários comerciais.

Privatizar é entregar a nossa soberania nacional. É fazer com que os brasileiros arquem durante décadas com contas exorbitantes, como a conta de luz que subirá 17% por 30 anos! Precisamos reestatizar as empresas que foram privatizadas, como a Vale, a CSN, a Embraer, que a Boeing quer comprar, e assegurar que Petrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil continuem sendo empresas públicas. Os brasileiros reprovaram o pacote de privatização de Temer e Meirelles. Isso a Globo não mostra!

Página 13. Defina Ana Lídia em poucas palavras.

Ana Lídia. Filha da classe trabalhadora, professora, socióloga, feminista, petista e socialista. ★

Quem é que morre nas quebradas?

É preciso enfrentar o genocídio da juventude negra! Policia Militar de SP matou quase mil pessoas em 2017, na sua maioria negros e negras

Adriano Bueno

A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras (*Atlas da Violência 2017* - IPEA). A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil (Relatório Final da CPI do Senado sobre o Assassinato de Jovens).

O parágrafo acima poderia ser a reprodução da famosa introdução de um rap do Racionais MCs, de 1997. Mas não, estes dados mostram o quanto "Capítulo IV, Versículo III" segue atual, embora gravada há mais de 20 anos!

Se de um lado a violência possui como sua vítima preferencial a juventude negra, de outro lado a responsabilidade, direta ou indireta, de parte importante das ações violentas é das forças policiais, em especial da Polícia Militar. Trata-se, portanto, de um genocídio promovido pelo Estado brasileiro, tendo como alvo um segmento étnico/etário bem delimitado, numa guerra friamente planejada.

O atual governador de São Paulo, Márcio França (PSB), comemorou em uma entrevista recente o índice de homicídios alcançado pelo Estado, classificando-o como "sensacional". Os dados expressam, na visão de tucanos como o agora ex-governador Geraldo Alckmin, o "sucesso" da política do "quem não reagiu, tá vivo".

A taxa de 2016, de 9,6 homicídios/100 mil habitantes, foi considerada um marco da série histórica por ter caído pela primeira vez para menos de um dígito, colocando São Paulo desde então como o único Estado do país a estar dentro de um patamar "aceitável" conforme classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Entre o início do século e 2016, a queda no número absoluto de homicídios foi de 73%. Os dados preliminares do Datasus apontam para 4.238 mortes violentas no último ano do intervalo — número bem inferior aos 15.641 do início do período.

Márcio França (PSB), a exemplo de seu antecessor Geraldo Alckmin (PSDB), comemora a redução do número de homicídios como uma conquista de seus governos, consequência do investimento em "políticas de segurança pública". Mas muitos especialistas da área questionam esta relação e apontam outras causas, menos nobres, para a queda na taxa apresentada pela série histórica.

"Assunto tabu"

É assunto tabu para os tucanos (e seu sucessor "socialista") a influência de fatores não relacionados com políticas de segurança pública, como o controle das ações de extrema violência imposto ao crime pelo PCC, ou Primeiro Comando da Capital, facção que exerce o "monopólio" do tráfico de drogas no Estado.

O PCC foi criado em 1993, logo após o Massacre do Carandiru. Seus objetivos iniciais eram "combater a opressão no sistema prisional paulista" e "vingar as 111 mortes do massacre do Carandiru", mas com o passar dos anos a facção passou a controlar o tráfico de drogas. A partir dos anos 2000, a facção passa a descentralizar sua operação, ampliando sua ramificação e consequentemente seu código de conduta para além dos muros dos presídios, o que coincide com o início da queda no número de homicídios conforme a série histórica de pesquisas aponta.

Liga Socialista

Jovem assassinado pela PM

Antes do surgimento do PCC, predominava em São Paulo uma disputa sangrenta entre gangues por pontos de tráfico. As estatísticas sugerem que esta violência generalizada foi superada a partir do momento em que o PCC consolida uma espécie de monopólio do tráfico de drogas, onde os pontos de venda funcionam como espécies de "franquias". Não é de causar surpresa que a violência tenha aumentado vertiginosamente em estados do Nordeste, por exemplo, no mesmo período em que diminuiu em São Paulo, se levarmos em consideração que nesses Estados há uma guerra entre facções pelo controle dos presídios, a partir de onde se organizam para o controle do tráfico.

As ondas de violência promovidas pelo PCC em São Paulo em 2006 e em 2012, com ataques a policiais e a instalações públicas, são pontos fora da curva, episódios de resposta à violência estatal ou à política carcerária de transferência de presos do governo. Pela regra, o PCC controlou a violência no Estado de São Paulo e salta aos olhos a coincidência entre os anos em que a facção aprofunda sua organização no estado e a queda do número de homicídios na série histórica.

Naturalmente, é preciso registrar que existem outros fatores que contribuem para a diminuição da violência. Questões demográficas, como a queda no número de jovens, principal grupo de risco, assim como as iniciativas de desarmamento, a partir do Estatuto do Desarmamento também contribuíram para a alteração do quadro de violência. No entanto, ao comparar o impacto de políticas de desarmamento em outros Estados da federação verificamos que o surgimento e a ramificação do PCC aparece como principal fator para o controle da violência em São Paulo.

"Sensacional" para quem?

Em primeiro lugar, é preciso registrar que apesar da melhora na posição relativa frente aos demais Estados do país, no geral São Paulo ainda é um lugar muito violento para se viver. Ter a melhor posição num *ranking* de violência entre os Estados de um país que ostentam números de guerra em suas estatísticas não é

exatamente algo a ser comemorado com fogos de artifício.

Outro fator a ser considerado é a influência do racismo como crivo discriminatório. O Mapa da Violência de 2016, por exemplo, trouxe a público que entre brancos os números de homicídios caíram 26%, enquanto o número de vítimas negras aumentou 46,9%, algo que mostra o "efeito seletivo" das políticas de desarmamento do período. O Atlas da Violência de 2017 mostrou que a mortalidade de mulheres não negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4%, enquanto a mortalidade de mulheres negras subiu 22%.

Embora o número geral de homicídios tenha diminuído, tanto em termos absolutos quanto relativos, um dado em especial chama a nossa atenção: quando analisamos a série histórica de homicídios praticados pela polícia, o que vemos é que em 2017 a polícia matou um número recorde nos últimos 25 anos (943 casos). A diminuição do número de homicídios em geral estaria assentada na combinação entre acordos com o PCC (que paulatinamente toma para si responsabilidades que antes eram do Estado) e o aumento da letalidade policial? Se sim, e é o que os dados indicam, o "sucesso" da atual política de segurança em São Paulo é peça de *marketing*.

Outro ponto que vale a pena mencionar é que, conforme a tese de doutorado de Samira Bueno na FGV ("Trabalho sujo ou missão de vida? Persistência, reprodução e legitimidade da letalidade na ação da PMESP"), entre 2014 e 2016, 67% das vítimas fatais das ações policiais no Estado de São Paulo eram negras (pretas ou pardas, segundo classificação do IBGE). Afinal, a política de segurança pública de São Paulo é "sensacional" para quem, "cara pálida"?

E a Esquerda?

O principal fator que contribui para a violência é a desigualdade social, visto que os países que alcançaram melhores resultados no combate à violência são aqueles que preservaram minimamente as políticas do *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social). Comparadas ao combate à desigualdade, políticas de segurança pública centradas em investimentos nas ações das polícias, do modelo que os tucanos implementam e propagam em São Paulo, mostraram-se historicamente muito mais ineficazes em todos os lugares em que foram aplicadas.

Vale ressaltar também o resultado alcançado por nosso vizinho Uruguai, que zerou o número de mortes associadas ao tráfico de drogas após legalizar a maconha. Via de regra, a direita tem adotado uma posição hipócrita sobre o tema da legalização da maconha: condenam publicamente, por um viés extremamente moralista, ao mesmo tempo em que negociam com os traficantes nos bastidores, conforme aconteceu após o "salve geral" que o PCC articulou em 2006 e em outro momentos.

Verdade seja dita, setores da Polícia Militar paulista muitas vezes atuam como "sócios" ao impor o "arrego", uma espécie de taxação sobre os ganhos do tráfico, um preço que cobram para fazer "vistas grossas". Escândalos recentes, como o do "helicoca" em Minas Gerais, chamam a atenção por escancararem as relações entre o submundo do narcotráfico e a atividade política da direita brasileira, inclusive no financiamento de campanhas eleitorais de muita "gente de bem" no Brasil.

Um estudo recente feito pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados apontou que o Brasil poderia arrecadar até R$ 6 bilhões em impostos com a legalização da maconha, dinheiro este que poderia ser usado para financiar políticas públicas. A legalização, entre outros benefícios, poderia trazer para a formalidade um setor importante da economia, retirando jovens negros e pobres do trabalho extremamente precarizado e perigoso nas "biqueiras". Contribuiria para aliviar nosso sistema carcerário desumanamente lotado (somos a terceira maior população carcerária do mundo: mais de 726 mil presos) e possivelmente reduziria a violência, conforme verificou-se no Uruguai.

> "O Mapa da Violência de 2016 trouxe a público que entre brancos os números de homicídios caíram 26%, enquanto o número de vítimas negras aumentou 46,9%, algo que mostra o 'efeito seletivo' das políticas de desarmamento do período"

A esquerda brasileira, incluindo aí o PT paulista, precisa ter coragem de debater a fundo o tema da segurança pública no Estado de São Paulo, respeitando os apelos históricos do movimento negro. Ultimamente as letras de rap tem expressado melhor do que os programas eleitorais do PT os anseios de uma juventude que vive prensada entre a violência decorrente do tráfico de drogas e a violência de Estado praticada pela Polícia Militar. ★

Adriano Bueno é petista e militante do movimento negro

Um novo projeto contra a violência

É preciso acabar com a política de encarceramento em massa. O Brasil tem 750 mil presos, e a superpopulação dos presídios multiplica o crime

Elói Pietá

Assegurar aos brasileiros e brasileiras a segurança, entendida como garantia da vida, da integridade física, de sua liberdade de viver e de fazer escolhas sem constrangimentos ilegais, de não ter subtraído seu patrimônio pessoal, é, entre as políticas públicas estatais, a mais difícil para o PT e para a esquerda. A violência vem dos dois lados — brota no seio da sociedade e no seio do aparato estatal — e é estimulada em períodos autoritários como este que hoje vivemos no Brasil.

Uma das razões das dificuldades do PT para lidar com o combate à violência está em sua relação difícil com as forças policiais, judiciais e carcerárias. Estas corporações foram formadas em tradições seculares a serviço da elite, com um poder enorme de desestabilizar as relações sociais. Exemplos recentes mostram seu poder, como nas greves das polícias, que levam a sociedade ao pânico e a reivindicar sua volta.

Outra razão é que a principal base social do PT e da esquerda é o alvo preferencial da repressão policial, judicial e carcerária. A defesa dos direitos humanos, justamente das camadas mais oprimidas da sociedade, opôs a esquerda aos arbítrios policiais. Na Ditadura Militar e hoje, a própria esquerda passa a ser este alvo preferencial, como acontece com o PT nos tempos atuais, tendo até seu principal líder encarcerado.

Ponte Jornalismo

Rebelião em Lucélia: sistema prisional está falido

A Ditadura Militar expurgou das Forças Armadas e das forças policiais os setores de esquerda e setores mais ligados a valores democráticos. Após a Constituição de 1988, nada de significativo mudou nestas corporações "higienizadas" pela direita. Nem os governos do PT conseguiram influenciar no currículo e formação das Forças Armadas. E alguma influência intentada na formação de policiais não conseguiu alterar a natureza tradicional destas instituições. Passam governos progressistas, os velhos costumes voltam.

Homicídios crescem

Os êxitos alcançados por governos petistas e de esquerda na redução das desigualdades, nos serviços públicos, nos programas sociais, nas oportunidades de emprego e renda, na oferta de moradias populares, de transporte coletivo, no saneamento, na infraestrutura, na participação cidadã, não se repetiram na mesma proporção na redução da violência. Entre as tentativas, destacou-se durante o governo Lula o Programa Nacional de Segurança Cidadã (Pronasci), mas não teve a abrangência e continuidade das outras políticas bem sucedidas.

De 2005 a 2015, o principal tipo de crime, o assassinato, cresceu 22,7% em números absolutos no país. Sua incidência foi reduzida no Estado de São Paulo, governado pelos tucanos **(veja por quê na p. 14)**, e cresceu em Estados como a Bahia, governado por petistas. Outros crimes violentos cresceram em todo o Brasil e também no Estado de São Paulo.

Ponte Jornalismo

Em Santos, Mães de Maio denunciam impunidade da matança cometida pela PM em 2006.

Não bastam políticas sociais, promoção de emprego e renda, e mais democracia, especialidades das esquerdas, para deter a criminalidade brotada na sociedade. Tais políticas ajudam a minorar os problemas de segurança, mas não dão conta deles.

As desigualdades sociais crônicas e a ideologia individualista constituem um terreno fértil para a adesão de muitos jovens a práticas criminosas que vitimizam principalmente as populações desprotegidas. O crime organizado recruta seu exército especialmente nas camadas pobres da sociedade. Dali saem muitos de seus chefes, por ascensão nas estruturas de poder.

A proibição de determinadas drogas levou a uma generalizada atividade econômica ilegal nas periferias, sustentada pela violência e rivalizando com o Estado no controle de territórios. As próprias comunidades cujos filhos são alvo das polícias terminam clamando por mais polícia, como mal menor.

Uma nova estratégia

Em vários Estados há exemplos de políticas estatais específicas que, mantidas por mais longo tempo, diminuem o número de crimes. O problema é que, em geral, resultaram de maior repressão das polícias, com multiplicação da violência. O caso de São Paulo e de outros Estados é típico. O número de presos cresceu exponencialmente. Junto com ele cresceram as organizações criminosas a partir das cadeias.

Quem deseja construir uma sociedade igualitária, estando em governos, deve se esforçar para inverter a curva nos índices de violência, hoje crescentes. Terá que tomar medidas específicas para agir sobre os nichos da violência, preferindo preveni-la com medidas sociais, mas necessitando inquestionavelmente de medidas policiais.

> **“Hoje o Brasil tem 750 mil presos, e se fossem cumpridos todos os mandados de prisão a população carcerária chegaria a 1 milhão e 200 mil. Esta superpovoação dos presídios só tem multiplicado o crime”**

A violência fez parte da formação da sociedade brasileira. Índigenas, negros e pobres foram em toda a história os alvos da perseguição militar, policial e judicial. Ao reagirem, foram transformados em algozes. Até hoje vivemos as consequências disso. Não é por acaso que a imensa maioria dos presos provêm de famílias e comunidades pobres e que cerca de 70% das pessoas assassinadas são negras.

É necessário combinar a aplicação de um projeto de país que promova a igualdade, com uma reformulação das forças de segurança pública, para fazê-las parceiras e não obstáculo deste projeto de país. Diferentemente de hoje, quando as instituições de segurança integram o “partido” conservador das desigualdades, autoritário, promotor e tolerante de injustiças cometidas

contra negros, pobres e militantes da causa da igualdade.

A melhora na segurança estará ligada também a uma atenção especial à juventude das periferias, para lhe permitir alternativas melhores de vida. Junto com outras medidas que reformulem o tradicional comportamento do Estado nos serviços de segurança, programas de educação, cultura, lazer, esportes, emprego e renda, urbanização de bairros precários, precisam ser vistos como políticas de segurança, além de políticas para efeito benéfico na vida social.

Prender em massa: erro

É preciso acabar com a política de encarceramento em massa. Hoje o Brasil tem em torno de 750 mil presos, e se fossem cumpridos todos os mandados de prisão existentes a população carcerária chegaria a 1 milhão e 200 mil presos. Esta superpovoação nos presídios só tem multiplicado o crime, a partir da proliferação e domínio das organizações criminosas. Esta questão exigirá, além de intenso debate na sociedade, mudanças no Judiciário e Ministério Público, mudanças legislativas, investimentos para separação dos presos, impulso a penas alternativas.

A solidariedade ativa às famílias de jovens envolvidos no comércio ilícito, a criação de alternativas para eles, tenderá a diminuir a força de recrutamento das organizações criminosas e isolá-las das comunidades. O comércio ilícito de drogas é responsável por quase 50% dos presos. Virou uma fracassada obsessão policial.

Não há outro futuro adequado que não seja a descriminalização progressiva de drogas hoje ilícitas, considerando-as uma questão de saúde pública, como é hoje o tratamento dado às drogas lícitas.

Daniel Arroyo/Ponte Jornalismo

> **"Reduzir a violência policial, embora para boa parte da população possa aparecer como contraditório, significa reduzir a violência na sociedade como um todo"**

Reorganizar polícias

As instituições estatais tem sido alimentadoras da violência na sociedade, gerando reações em que policiais terminam também sendo vítimas. O Rio de Janeiro é o exemplo atual mais evidente. Reduzir a violência policial, embora para boa parte da população possa aparecer como contraditório, significa reduzir a violência na sociedade como um todo.

As polícias, além de serem reorganizadas, redirecionados seus métodos de atuação e valorizadas profissionalmente, precisam ser trazidas para uma atuação eficiente contra o crime organizado, porém estritamente dentro da legalidade.

Isso significa evitar a violência contra pessoas investigadas ou detidas, proibir e punir a humilhação, a tortura, as agressões, as execuções. O combate à corrupção no meio policial faz parte importante deste processo de inovação das polícias.

Desmilitarizar

Desmilitarizar significa este conjunto de ações. Tem a ver com a diferença entre a guerra para a qual são preparadas Forças Armadas, com outra natureza que é o combate à criminalidade. Desmilitarizar não significa abster-se de disciplina, completamente necessária em instituições que usam armas e têm a permissão da violência legal. A desmilitarização, se bem conduzida, pode ter um apoio inclusive dentro da base das próprias corporações da Polícia Militar.

A maior parte dos crimes contra o patrimônio e boa parte dos crimes contra as pessoas não chegam ao conhecimento das instituições estatais, entre eles os crimes sexuais. O problema é que, mesmo nos crimes contra a vida, de quase completa notificação, não há, em sua imensa maioria, a identificação do autor e muito menos a sua punição. Maior impunidade acontece com assaltos, roubo de veículos, estupros.

A Polícia Civil e a Polícia Científica devem ser dirigidas para uma atuação mais eficiente na apuração dos crimes, diminuindo a taxa de impunidade que incentiva a criminalidade. O avanço na eficiência policial elucidativa será fator de redução dos crimes. ★

Elói Pietá foi prefeito de Guarulhos (2001-2008) e deputado estadual de São Paulo (1995-2000). Foi o responsável pelo tema Segurança Pública na bancada do PT

Golpe agravou situação dos jovens

Modelo escolar oferecido pelos governos tucanos reproduz uma ideologia voltada ao mercado e ao consumo e não dialoga com as demandas da juventude trabalhadora

Ana Lídia

Daniel Garcia

Protesto estudantil contra a chamada "Reforma do Ensino Médio"

Falar de juventude não é uma tarefa fácil. Isso porque a juventude se modifica a cada contexto, e ela também é construída nos diversos imaginários. Muitas vezes, a ideia de ser jovem remete a um momento difícil da vida, visto e percebido como uma etapa conturbada, de rebeldia, individuação, crises e tensões. Este momento do desenvolvimento pessoal é, também, marcado por incertezas. É um momento importante na vida do indivíduo, pois é quando são feitas escolhas importantes, experimentam-se novos caminhos, busca-se construir e afirmar identidades que poderão guiar as trajetórias futuras de vida.

No entanto, é preciso considerar que as escolhas da juventude são afetadas também por políticas do Estado, políticas públicas, que incidem diretamente na formação desses jovens. Nesse sentido, não podemos deixar de olhar para a políticas voltadas à juventude, como por exemplo a educação, a geração de emprego e renda, as políticas culturais e as formas de repressão do poder público (que não se limitam às ações das polícias).

Nos último vinte anos de gestão no Estado de São Paulo, o PSDB ofereceu um modelo de escola que ao invés de socializar o indivíduo a partir de uma formação mais humana e crítica, reproduz uma ideologia voltada para o mercado e para o consumo. A escola não consegue dialogar com as demandas de parcela significativa da juventude, especialmente a juventude trabalhadora. Nem responde aos anseios das mudanças ocorridas nos últimos anos. O modelo de escola vigente na rede estadual de ensino é enclausurador, opressor, reprodutor de preconceitos e não permite que a autonomia crítica do aluno ultrapasse os currículos antiquados e conservadores.

> **"Nos último vinte anos de gestão no Estado de São Paulo, o PSDB ofereceu um modelo de escola que ao invés de socializar o indivíduo a partir de uma formação mais humana e crítica, reproduz uma ideologia voltada para o mercado e para o consumo"**

Aliado ao processo de sucateamento da educação, percebe-se uma política de encarceramento da juventude que é resultado

das péssimas gestões tucanas, que promovem ações de marginalização e criminalização da juventude, sobretudo a negra e periférica, que constantemente é violentada e morta em ações da Polícia Militar, que reflete as políticas racistas e de criminalização da pobreza promovidas pelo governo paulista, e persegue esses jovens de modo truculento, covarde e ilegal (**leia mais sobre isso na p. 19**).

Mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. Os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. O jovem é uma das maiores vítimas da violência policial, da sociedade injusta e desigual. Muitos jovens crescem nas regiões metropolitanas, em ambientes carentes de infraestrutura, de serviços básicos de saúde e educação e de justiça social, estando ainda submetidos a trabalhos precários, mal remunerados e sujeitos a alta rotatividade.

Parcela expressiva desses jovens está imersa em um mundo repleto de contradições e vulnerabilidades sociais, caracterizado por laços familiares frágeis, e vitimados por desigualdades e pela pobreza (quando não miséria). Situação que tende a se agravar com a política econômica recessiva do governo golpista de Temer e com suas "reformas" antissociais. A juventude será um dos setores mais atingidos pelas "reformas" (ou "contra-reformas") do Ensino Médio, trabalhista e da Previdência Social, bem como pela Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos nas áreas sociais. Todas essas medidas reduzem a renda familiar, levando os jovens a se lançarem precocemente no subemprego e a se submeterem a contratos precários — e a longas e extenuantes jornadas de trabalho, que dificultarão conciliar o trabalho com a escola.

Policial militar agride aluno em escola estadual de Pirajuí

> **"É fundamental um novo modelo de Estado que não mais encarcere, mas que liberte; que não mais oprima, mas que promova a autonomia; que não manipule, mas promova a educação"**

Não podemos ainda deixar de ressaltar que a falta de proteção do trabalho da juventude e sua desvalorização fazem com que o jovem fique restrito à sua trajetória pessoal de conquista e garantia de um emprego visando à complementação do orçamento familiar. O que, muitas vezes, lhe dificulta ou mesmo impossibilita se dedicar aos estudos, a uma melhor qualificação educacional ou profissional, ao lazer e até ao engajamento na vida política e nas lutas sociais, atividades tão necessárias à sua formação como cidadão pleno.

É importante lembrar que a juventude foi uma das grandes protagonistas das lutas históricas por transformações sociais em nosso país. A saída para os problemas aqui comentados é a mobilização social para derrubar o golpismo, e promover as revogação de todas as medidas antipopulares e antissociais aprovadas pelo governo Temer e seus aliados. No caso do Estado de São Paulo, a solução passa por derrotar o governo tucano e ampliar a mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, bem como dos movimentos impulsionados pela juventude, que é uma das principais vítimas da falta de serviços públicos de qualidade.

É fundamental um novo modelo de Estado que não mais encarcere, mas que liberte; que não mais oprima, mas que promova a autonomia; que não manipule, mas promova a educação. Cabe à nossa sociedade modificar o modo como ela lida com a juventude e com a desigualdade social, para que ninguém mais seja vítima de violências, mas cidadãos sujeitos de direito. ★

Ana Lídia é professora da rede pública estadual e doutoranda em Ciências Sociais na USP

Agenda neoliberal e reacionária castiga as trabalhadoras

Louise Azevedo

O cenário do Brasil pós golpe não agrada nem mesmo aqueles que um dia ousaram dizer que “bastava tirar a Dilma e o PT” para que fosse “devolvido o país” que lhes foi roubado pela “corrupção petista”. A cada dia que passa e a cada passo de avanço do golpe que se concretiza contra Lula, o PT e a classe trabalhadora brasileira, fica cada vez mais evidente que, desde sempre, o objetivo dos setores golpistas é eliminar qualquer perspectiva de política de esquerda no Brasil, sendo Lula, Dilma e o PT as maiores expressões e alternativas da classe trabalhadora brasileira para um país mais justo e menos desigual.

Gibran Mendes

Em Curitiba, jovens protestam contra a violência

Assim que a direita golpista tomou de assalto a Presidência da República por meio de um Golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, democraticamente eleita com mais de 54 milhões de votos, a agenda neoliberal concretiza-se de forma voraz contra o povo brasileiro, sobretudo contra a classe trabalhadora. Falar em classe trabalhadora é falar em grande medida na mulher trabalhadora, haja vista que muitos postos de trabalho, especialmente nos setores terciários e subempregos, são ocupados por mulheres.

Evoluindo esta questão o desmonte do Estado impacta em todo o povo brasileiro, atingindo diretamente a classe trabalhadora e consequentemente a vida e até mesmo os corpos das mulheres. Com o avanço do conservadorismo e do fascismo, é crescente a onda de feminicídios e de medidas legais e políticas que interferem diretamente na vida quotidiana da mulher trabalhadora.

As mulheres desde sempre já recebem salários inferiores aos dos homens para a execução dos mesmos serviços, não ocupam em índices a contento os cargos de gestão e de gerência de serviços, e ainda atraem o peso do afastamento por licença maternidade, já que o retorno ao trabalho é muitas vezes cessado com o fim da estabilidade garantida, pois muitas vezes o empregador já preencheu a vaga de forma efetiva, visando a continuidade do trabalho para não parar a produção e a geração dos lucros. Este cenário também impede as mulheres de alçarem os altos cargos e até colocam em xeque sua disponibilidade de tempo e competência para se dedicar irrestritamente a determinadas atividades. O que se ouve é: “Você têm filhos pequenos”, “Precisamos de alguém com maior disponibilidade”, “Você é ótima, mas precisamos de alguém com mais dedicação e que possa trabalhar além do horário ou com possibilidade de viagens”. Naturalmente, a mulher que tem jornada tripla, que cuida da casa e dos filhos não é o que mercado busca.

> **“Com o avanço do conservadorismo e do fascismo, é crescente a onda de feminicídios e de medidas legais e políticas que interferem diretamente na vida quotidiana da mulher trabalhadora”**

O que já era ruim ficou pior: a Lei 13.467/17[1], um dos malefícios do governo golpista, precarizou ainda mais as relações de trabalho que já era de forma medíocre protegida pela CLT e pela Constituição Federal. Além da precarização geral que impactou diretamente nas formas de contratação como o trabalho intermitente, o *home office*, o trabalho temporário até mesmo em atividades fim da empresa, a desobrigação das homologações das rescisões nos sindicatos (sem a verificação de que todos os encargos estão sendo pagos, como se há a liberação das guias de FGTS e seguro desemprego), a prevalência do negociado sobre a previsão legal (que era um

Jordana Mercado

Comemoração de 8 de Março na capital paulista

limitador do poder do patrão), há ainda diversas alterações que impactam exclusivamente no trabalho da mulher. Além da supressão do artigo 384, que previa um segundo intervalo de descanso para as mulheres quando estas realizavam horas extras, foi introduzida a possibilidade de trabalho da mulher grávida ou lactante em local/trabalho insalubre, no artigo 394-A da novel legislação. A pegadinha do artigo é que esta autorização para o trabalho em atividade/local insalubre pode se dar por um simples "atestado do médico de confiança da mulher", o que na prática fica mitigado tendo em vista o poder que o empregador exerce sobre o trabalho dos seus empregados.

Outra proposta do governo golpista que felizmente permanece engavetada pela vitória da classe trabalhadora, é a Reforma da Previdência, que vem a aumentar a idade de aposentadoria para as mulheres de 60 para 62 anos, idade esta que pode ser majorada a cada ano com o aumento da expectativa de vida da população brasileira, chegando a 65 e posteriormente 70 anos, igualando homens e mulheres. Num quadro amplo segundo um estudo feito pela CUT com dados do IBGE, a proteção social atinge 72,6%, equivalente a 27,6 milhões de mulheres. Nas mulheres idosas, esse contingente atinge 78,5% (11,5 milhões de mulheres). Desse total de idosas, 7 milhões (61%) são aposentadas, 2,3 milhões (20%) são pensionistas e 1,7 milhão são aposentadas e pensionistas[2].

O que se nota *a priori* é que essa equiparação de regras para homens e mulheres vem a desconsiderar toda uma trajetória no mercado de trabalho e em relação à divisão sexual do trabalho. No contexto da sociedade patriarcal e machista que ainda vivemos, as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas do lar e pela criação dos filhos, o que as leva a assumir trabalhos em jornada parcial. Toda essa situação impacta diretamente inclusive no valor do benefício, pois salários menores contribuem menos para a previdência, e a forma de cálculo desta proposta de reforma vai reduzir benefícios a um salário mínimo. Também faz parte do pacote a impossibilidade de acumular a pensão por morte com aposentadoria (situação esta vivida em grande parte por mulheres).

Além do desmonte nas relações trabalhistas e na seguridade social até a aposentadoria, o avanço do conservadorismo tem promovido propostas de alterações de leis que dizem respeito diretamente à vida privada e aos corpos das mulheres, como por exemplo o PL 5069/2013, de autoria do ex-presidente da Câmara dos Deputados, o cassado Eduardo Cunha (PMDB), com Isaias Silvestre (PSDB) e João Dado (PDT), dentre outros[3], que tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto, adotando um argumento exclusivamente moral sobre o tema sem trazer ao debate as liberdades individuais da mulher garantidos constitucionalmente, e tampouco o problema social que é o contingente de mulheres que são desamparadas pelo Estado na criação de seus filhos, especial-

mente as que vivem em situação de pobreza extrema, cenário este que está voltando a crescer com o fim das políticas públicas instauradas nos governos do PT, (como o Bolsa Família, que garantiu emancipação às mulheres mais pobres e tirou o Brasil do mapa da fome). Com a queda do Cunha, este projeto ainda aguarda apreciação em plenário na Câmara dos Deputados.

Outro cavalo de troia foi a PEC 181[4], que em princípio alteraria a redação do inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para estender a licença maternidade em caso de nascimento prematuro à quantidade de dias que o recém-nascido passar internado. Contudo, foi inserida pelo deputado Jorge Mudalen (DEM-SP) inclusão de uma mudança no artigo primeiro da Constituição, enfatizando "a dignidade da pessoa humana *desde a sua concepção*", o que faz tornar crime qualquer forma de aborto, até mesmo os que hoje são protegidos legalmente pelo Código Penal, como em caso de estupro, quando a vida da mãe corre perigo e nos casos de fetos com anencefalia. Assim como o PL 5069/2013, este projeto ainda aguarda apreciação em plenário na Câmara dos Deputados.

O que precisa ser dito é que estas pautas podem voltar a nos atormentar a qualquer momento, assim que o governo golpista der o próximo passo de colocá-las em votação.

Mas não acaba por aí. Além dos retrocessos específicos às mulheres, ainda tem os desmontes de ordem geral, já vigentes,

CUT/RJ

Protesto de mulheres trabalhadoras no Rio de Janeiro

que impactam diretamente nas mulheres por serem a maioria na sociedade e comporem a base da pirâmide, especialmente a mulher negra. A Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016[5], aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente golpista, veio a congelar os investimentos em saúde e educação por 20 anos sob a justificativa de "colocar a economia nos trilhos" e salvar o Brasil do "quebrado pelos governos do PT", gerando emprego e renda. O que é uma grande falácia, já que o que se vê em 2018 (primeiro ano de vigência da medida) é o aumento do desemprego a 13% e postos de trabalho altamente precarizados pela reforma trabalhista.

Ainda que fosse o caso de equilibrar as contas públicas, nunca foi visto na história do mundo, em nenhum país, um congelamento de investimentos por um período tão longo. Está cada vez mais na cara do povo que o que se pretende é mudar a ordem do sistema político e desvincular o Estado de toda e qualquer responsabilidade social, deixando a cada um por si com as necessidades mais básicas, num *salve-se quem puder*. Não houve qualquer cogitação de uma reforma tributária ou mesmo taxação das grandes fortunas. A intenção do governo é mesmo tirar dos mais pobres e se eximir de qualquer responsabilidade social. A precariedade já se nota no ensino básico e nas filas dos hospitais, e novamente quem sofre na ponta são as mulheres.

O primeiro impacto abissal é na política de reajuste ((des) valorização) do salário mínimo, já que grande parte das mulheres recebe tão somente o piso. O texto prevê (no artigo 109) que se o Estado não cumprir o teto de gastos, fica impedido de aumentar as despesas obrigatórias acima da inflação, como por exemplo o salário mínimo. Do ponto de vista da saúde e educação, depois de precarizar os serviços já existentes, ficarão cada vez mais escassos os postos de saúde, hospitais, escolas e consequentemente com a redução e impossibilidade de criação de vagas e ampliação dos serviços, os doentes e as crianças serão acudidos pelas mulheres, como já são em qualquer necessidade. São elas que abrem mão do trabalho e se dedicam aos que precisam.

Como se nota, todas as medidas são pensadas e se completam para levar o Brasil ao desmonte maior já visto, em um retrocesso imensurável de tudo que pudemos avançar nesse período passado em que o governo olhou para os mais pobres colocando três refeições paras as famílias, inserindo nas universidades quem jamais teria a oportunidade sem uma política de inclusão, possibilitando o lazer de viajar de avião, ter uma casa, um carro. O que se vê nos dias de hoje, é que o trabalhador vai no mercado e precisa escolher o que comprar, a classe média que viajava de avião está voltando para as rodoviárias, a perda de direitos trabalhistas e a relação de trabalho precarizada, informal, desonerada e sem seguridade. E as mulheres? São a ponta de tudo isso e as primeiras a sentir esses impactos, sendo reféns além dos desmontes que atingem a toda classe, das tentativas de restrição de liberdade até de seus corpos.

Se já tínhamos muito no que avançar, agora a batalha é, para além do avanço, o combate aos retrocessos com a revogação de todas essas medidas golpistas. É urgente recolocar o projeto democrático popular na condução deste país para uma sociedade mais justa e igualitária. Pela classe trabalhadora, pela mulher trabalhadora, seguimos em luta! ★

Louise Azevedo é militante do PT

Notas

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

2 https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/Previdncia-Frum-de-Mulheres.pdf

3 http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882

4 http://camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075449

5 http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540698&id=14374770&idBinario=15655553&mime=application/rtf

Mulheres na luta por maior representatividade

Nas eleições de 2016, 85% dos parlamentares eleitos eram homens brancos, héteros e acima de 50 anos. É preciso eleger mais mulheres e mais jovens, negros e LGBTs!

Vanda Nunes Santana

A média mundial de participação da mulher no legislativo é de 22%, conforme dados da medição interparlamentar realizada em 2017. O Brasil está abaixo dessa média mundial, com 13% de mulheres no Senado Federal, 9,9% na Câmara dos Deputados, 10% na Assembléia Legislativa de São Paulo, e 20% no legislativo municipal. A Organização das Nações Unidas (ONU) classificou o Brasil na posição de nº 121 no *ranking* de proporção de mulheres na política, abaixo inclusive de países do Oriente Médio!

Nas últimas eleições, realizadas em 2016, 493 mil candidatos disputaram os cargos de prefeitos(as) e vereadores(as). Desse total, 87% eram homens, brancos e acima de 50 anos! Essa configuração repercute na baixa representatividade das mulheres, pois esses 87% de candidatos se transformaram em 85% dos parlamentares eleitos em todo o país: homens, brancos, heterossexuais e com mais de 50 anos. São dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Esse é o nosso cenário político, no qual mulheres, negros, negras, jovens e LBGTs não se vêem, pois estão subrepresentados.

Apesar da Lei 12.034/99, que prevê 30% de candidaturas femininas, a presença da mulher não é democratizada no parlamento, as cotas não são preenchidas com antecedência e, dessa forma, cumprem apenas a exigência legal. Ainda nessa questão, o fator econômico evidencia o enorme abismo que amplia a desigualdade de gênero na política, pois as candidatas recebem 70% a menos dos repasses do Fundo Partidário e das doações de campanha.

Para impulsionar as candidaturas de mulheres, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT criou o "Projeto Elas por Elas", lançado nacionalmente em Curitiba no mês de abril. O projeto prevê a criação de Grupos de Trabalho Eleitoral em todos os Estados, espaços políticos de discussão e elaboração para a eleição de 2018, fazendo a ponte, dialogando com sindicatos, movimentos sociais e populares e grupos políticos, além da reedição da Cartilha Lilás, que traz o acúmulo da pauta das mulheres e do movimento feminista e uma Carta-Compromisso, que será assinada por todos os candidatos e por todas as candidatas no ato de sua inscrição.

Para diminuir a desigualdade de gênero na política, é necessário eleger mulheres. Mulheres feministas, envolvidas nos movimentos sociais e que, ao serem eleitas, pautem nas políticas públicas essa demanda.

É fundamental que as candidaturas de mulheres do PT sejam uma resposta ao capitalismo, ao golpe dado contra a presidenta Dilma, e ao patriarcado. Eleger mulheres trabalhadoras, que defendam a pauta feminista, que lutem contra as desigualdades, que possam combater a objetificação da mulher e que estejam na defesa constante da luta contra a opressão.

Precisamos reconhecer que a opressão é social e que na base social da pirâmide estão as mulheres negras, oprimidas por serem mulheres, por serem pobres, e por serem negras. E agir contra esse estado de coisas. Só vamos avançar se a dignidade humana e a justiça social forem nosso objetivo, e para isso as candidaturas de mulheres devem ter como bandeira a luta pela vida digna de todas as mulheres. ★

Vanda Nunes Santana é militante da Marcha Mundial das Mulheres

Golpismo estimula a LGBTIfobia

No governo Temer cresceu o número de assassinatos cometidos contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos

Paulo Mariante

Cosmo Silva

Bloco Lula Livre na 22ª Parada do Orgulho LGBT em SP

Daniel Arroyo/Ponte Jornalismo

Marcha do Orgulho Trans (São Paulo, 2/6/18)

O golpe desfechado em 2016 e que depôs o governo da Presidenta Dilma Rousseff vem a cada dia escancarando sua face autoritária e antipovo. Das contínuas supressões de liberdades, cometidas com o providencial auxílio do Judiciário ao golpista Temer, às "reformas" trabalhista e previdenciária, que nada mais são do que retiradas de direitos da classe trabalhadora, passando pelo criminoso congelamento dos gastos sociais através da "PEC da Morte" – Emenda Constitucional 95, o "cardápio" do golpe mostra muito bem sua natureza e seus objetivos.

No que diz respeito aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos, a agenda do golpe não é diferente. O campo de forças golpistas tem como uma de suas principais bases os cristãos conservadores fundamentalistas, que há muito tempo têm dentre suas prioridades o combate sem tréguas às demandas dos movimentos feministas, LGBTIs, das religiões de matriz africana, e outros segmentos oprimidos.

Mesmo durante os governos Lula e Dilma este pólo de intolerância tentou de todas as maneiras (em especial, por meio de chantagens políticas) barrar algumas iniciativas de avanços na igualdade de gênero e de respeito à diversidade sexual, e por vezes conseguiram seus intentos.

Agora o espaço governamental é integralmente dominado por estes segmentos, e as conseqüências negativas para a população LGBTI já se fazem sentir. O golpista Temer desmontou a Coordenação LGBT que era ligada ao Ministério de Direitos Humanos, enfraquecendo um importante espaço institucional criado pelo presidente Lula. Da mesma forma, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT criado por Lula foi esvaziado pelos golpistas, e depois de ter cumprido um papel importante na interlocução dos governos democráticos e populares com o movimento social LGBTI, hoje tornou-se um colegiado burocrático e que fica premido entre a cooptação e a interdição do debate.

> "O MEC cometeu um crime contra os LGBTI, ao excluir da Base Nacional Curricular Comum do Ensino Básico (BNCC) todas as referências a gênero, diversidade sexual, identidade de gênero e orientação sexual"

A população LGBTI também é gravemente afetada pelo desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) praticado por Temer e seus asseclas, pois não há qualquer possibilidade de uma política integral de saúde da população LGBTI com um SUS destruído e privatizado, algo que os golpistas nem fazem mais questão de esconder.

Mas tem sido a Educação o espaço onde os ataques do golpe à população LGBTI mais têm se evidenciado. Os cristãos conservadores e fundamentalistas não mais se contentam em barrar as propostas de avanços do reconhecimento da diversidade sexual e de igualdade de gênero na educação, como haviam feito anteriormente com o programa "Escola Sem Homofobia" em 2011. Agora, fortalecidos pela vitória do golpe, eles partem com tudo para impor os maiores retrocessos que vimos desde o fim do regime militar.

Embora não seja uma "política oficial" do governo Temer, o projeto "Escola Sem Partido"

Guilherme Cunha/Alerj

Marielle Franco, caso de repercussão internacional

Arquivo Pessoal

Matheus Passareli (Matheusa), estudante assassinada por criminosos

é apoiado abertamente pelos golpistas e vem se constituindo num movimento de "macarthismo" na educação, onde a perseguição às/aos educadoras/es que tentam desenvolver um trabalho em favor do respeito à diversidade sexual e à igualdade de gênero, bem como de enfrentamento pedagógico ao machismo e à LGBTIfobia, vem sofrendo campanhas públicas de constrangimento e ameaças de punições disciplinares e funcionais.

Esta "simpatia" dos golpistas pelo "Escola Sem Partido" tem contribuído para a aprovação, em Estados e Municípios por todo o País, de projetos de lei que impõem as normas deste programa às redes públicas de educação.

Ainda na educação veio o outro grande ataque dos golpistas à população LGBTI brasileira: em diálogo com os cristãos conservadores fundamentalistas, em especial evangélicos neopentecostais, o Ministério

Luana Barbosa, assassinada pela PM em 2016, em Ribeirão Preto

da Educação de Temer cometeu um verdadeiro crime contra LGBTIs: excluiu da Base Nacional Curricular Comum do Ensino Básico (BNCC) todas as referências a gênero, diversidade sexual, identidade de gênero e orientação sexual. Com isso, as iniciativas desenvolvidas em escolas de todo o Brasil por educadoras e educadores comprometidos com o enfrentamento à LGBTIfobia e ao machismo encontram-se sob forte risco.

> **"A população LGBTI deve compreender que não podemos esperar nada de positivo deste governo e do golpe, pois ele é estruturalmente antipovo e conseqüentemente antiLGBTI"**

Não por acaso, neste período de governo golpista os assassinatos e as demais formas de violência contra a população LGBTI cresceram assustadoramente, e têm sido denunciados pelas organizações do movimento social como a ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, e a ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. O governo Temer é cúmplice de todas estas mortes e opressões.

A população LGBTI deve compreender que não podemos esperar nada de positivo deste governo e do golpe, pois ele é estruturalmente antipovo e conseqüentemente antiLGBTI. E somente nossa luta diuturna, ao lado dos demais movimentos sociais contra o golpe e suas reformas neoliberais, exigindo o respeito à soberania popular por intermédio da realização de eleições livres e com o direito de Lula ser candidato, poderá barrar esse crescente avanço dos conservadores e reacionários que não aceitam nossa existência e querem, de fato, nos eliminar da cena social. ★

Paulo Mariante é advogado, militante do PT e Diretor da ABGLT

Dória, péssimo ator em papéis ridículos

A gestão do "João Trabalhador" foi uma farsa e produziu várias medidas desastrosas para os munícipes: "farinata", extinção de linhas de ônibus, fechamento de AMAs...

Marilice Claro da Silva

Provavelmente, todos já ouviram falar dos famosos "laboratórios" utilizados por uma boa parte de atores e atrizes para dar a maior veracidade possível a seus personagens. Podem ser de pesquisa, de observação, ou de vivência. Neste último caso passam a viver como se fossem seus personagens, inseridos em diferentes realidades.

O ex-prefeito de São Paulo, que quando exerceu o cargo se fantasiou, sucessivamente, de pedreiro, de gari e de agente de trânsito, deveria ter usado essa técnica para vivenciar o dia a dia do trabalhador paulistano e quem sabe, assim, teria desempenhado melhor seu papel, já que se intitulava "João Trabalhador". Talvez por uma confusão de identidade, criada por ele próprio, não soube se deveria ser um trabalhador, um gestor ou um político! Se atuasse como um verdadeiro trabalhador, nunca teria aumentado o valor do IPTU das regiões periféricas, saberia que ali reside a maior parte dos trabalhadores de baixa renda, e que isso os sacrificaria ainda mais.

Dória alegou a necessidade de cortes no Orçamento por conta de um suposto déficit que, por absoluta falta de transparência nas contas públicas, é impossível de comprovar. Passou a fazer o discurso da "austeridade fiscal", embora tivesse uma dívida de R$ 90 mil com a Prefeitura, decorrente do imposto devido por sua própria propriedade, uma mansão situada em área nobre da cidade.

Em março de 2018, Dória anunciou que a Prefeitura fecharia 88 postos de saúde (Atendimento Médico Ambulatorial, ou AMA), que seriam absorvidos pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), alegando necessidade de reorganização do sistema de saúde municipal. Outra medida absurda: permitiu que empresas farmacêuticas doassem remédios com prazos de validade quase no limite, em troca de isenção fiscal e dos custos do descarte, que acabou sendo feito por ela, pagando a incineração.

Prefeitura de São Paulo

Prosseguindo na lista de ações desastrosas do "ator Dória", falemos do trânsito e do transporte. Ele desdenhou dos avanços da gestão Haddad, que ao reduzir os limites de velocidade permitidos nas Marginais e em outras vias garantiam menos acidentes e um aumento da velocidade média dos veículos. O tucano autorizou a volta da alta velocidade nas Marginais e gerou, logo nos primeiros dias, um acidente a cada quatro horas e maior lentidão.

No transporte coletivo, a extinção de mais de 50 linhas de ônibus causou mais transtornos, cansaço e atrasos. E o programa "Cidade Linda"? Uma das primeiras medidas de seu governo, apagar os belos grafites que coloriam a Avenida 23 de Maio, foi reprovada por mais de 50% da população.

O que dizer da polêmica "farinata", do "produto abençoado", da tal "ração humana"? Um composto feito a partir de alimentos que estão próximos do vencimento, como arroz, feijão, batata e tomate, processados e servidos de forma granulada, de contestável segurança e duvidoso valor nutricional, que seria usado na assistência social. Dória chegou a apresentar o produto, mas recuou depois de inúmeras críticas vindas de nutricionistas e de munícipes. Ameaçou utilizá-lo na merenda escolar, surpreendendo até mesmo a Secretaria de Educação, que sequer havia sido consultada!

No início da administração, o Transporte Escolar Gratuito (TEG) de alunos com deficiência foi suspenso e eles foram impedidos de frequentarem as aulas até que provassem a condição de beneficiários! O programa "Leve Leite" sofreu alterações e limitou praticamente pela metade o número de crianças atendidas. Nas escolas, os alunos foram proibidos de repetir a merenda.

As secretarias municipais, principalmente as de Saúde, Serviços, Esporte, Cultura, Direitos Humanos e Habitação perderam, juntas, cerca de R$ 1,5 bilhão no orçamento de 2018, com enormes perdas no atendimento aos diversos serviços públicos da cidade. Obras de hospitais foram paralisadas, unidades tiveram seu horário de atendimento reduzido, passando a fechar às 17 horas e não mais às 19 horas.

Em maio de 2017, o prefeito atacou agressivamente a Cracolândia, região frequentada por dependentes químicos, extremamente vulneráveis. Uma ação comandada como um caso de polícia, numa situação de saúde pública.

Tentou instituir um novo sistema de previdência, o "Sampaprev", que confiscaria parte do salário dos professores e demais servidores municipais, numa tentativa de beneficiar o sistema financeiro, repassando recursos públicos para fundos privados. Resultado: impulsionou uma gigantesca mobilização da categoria e uma greve de 20 dias, que ganhou o apoio dos pais de alunos, principalmente depois da violenta repressão sofrida na Câmara dos Vereadores quando da votação do projeto de lei. Bombas de gás, balas de borracha e cassetetes foram utilizados contra os servidores municipais, que não se deixaram dobrar e saíram vitoriosos.

Dória saiu do governo sem aprovar essa reforma. Que seja o fim de sua breve carreira, basta de canastrões! ★

Marilice Claro da Silva é militante do PT e educadora da rede municipal de São Paulo